



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIX - Nº 141

QUINTA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1994

BRASÍLIA - DF

## CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 684, DE 31 DE OUTUBRO DE 1994, QUE "INSTITUI A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO – TJLP, DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP, DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS	Emendas nºs
Deputado Chico Vigilante	1, 2, 3, 4, 5, 7
Deputado Víctor Faccioni	6

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º de Medida Provisória nº 684.

"Art. 1º A partir de 1º de dezembro de 1994, o Banco do Brasil divulgará a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, apurada de acordo com o disposto nesta Medida Provisória e em normas a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Assistência do Trabalhador, pelo Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP e pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante."

#### Justificação

A emenda visa assegurar a participação de representantes dos FAT, do PIS-PASEP, da FMM no processo de regulamentação da TJLP e, assim, garantir que as decisões sejam tomadas com o respaldo de todas as entidades envolvidas. Dessa forma, pretendemos conferir maior legitimidade às ações que vierem a ser adotadas, em especial, buscando assegurar que a necessária tomada dos investimentos produtivos não implique em dilapidação do patrimônio dos Fundos referidos.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – Chico Vigilante.

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Medida Provisória nº 684:

"Art. 2º – A TJLP será calculada a partir da rentabilidade nominal média, em moeda nacional, verificada ao período imediatamente anterior de sua vigência, nos títulos da dívida pública externa e interna de aquisição voluntária, bem como a partir de variação acumulada do IPC, ou outro índice sucedâneo.

#### Justificação

A emenda em tela permitirá que a taxa oficial de variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto, torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam a realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, consequentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – Chico Vigilante.

### EMENDA MODIFICATIVA Nº 3

Dê-se a seguinte redação ao inciso V, do artigo 3º da Medida Provisória nº 684:

"V – as proporções em que a rentabilidade nominal média em moeda nacional de cada título e as variações do índice de preços mencionados no art. 2º serão consideradas no cálculo da TJLP."

#### Justificação

A emenda visa permitir que a variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam a realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, consequentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

**EXPEDIENTE**  
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES  
**Diretor-Geral do Senado Federal**  
 AGACIEL DA SILVA MAIA  
**Diretor Executivo**  
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR  
**Diretor Administrativo**  
 LUIZ CARLOS BASTOS  
**Diretor Industrial**  
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA  
**Diretor Adjunto**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**  
 Semestral \_\_\_\_\_ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – Deputado **Chico Vigilante**.

**EMENDA SUPRESSIVA N° 4**

Suprime-se o parágrafo único, do artigo 3º da Medida Provisória nº 684:

**Justificação**

A emenda visa assegurar que a concessão de linhas de crédito em condições privilegiadas obedeça a regras previamente discutidas e referendadas pelo Congresso Nacional o parágrafo que ora pretendemos suprimir concede ao Conselho Monetário Nacional o poder de estender a aplicação da TJLP para outras hipóteses não previstas na MP. Isso confere ao órgão uma atribuição extremamente importante, que não deve de forma alguma passar ao largo do crivo do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – **Chico Vigilante**.

**EMENDA N° 5**

Suprime-se do parágrafo único do artigo 4º da Medida Provisória nº 684 a expressão "podendo o Conselho Monetário Nacional alterar esse limite".

**Justificação**

A emenda visa assegurar que o limite de remuneração dos recursos do FAT e do PIS-PASEP sejam mantidos ao nível de 6%, e afasta a possibilidade de que tal percentual seja reduzido por determinação unilateral do Conselho Monetário Nacional.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – **Chico Vigilante**.

Os artigos 4º e 5º da Medida Provisória nº 684, de 31 de outubro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Os recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante, repassados ao BNDES e bancos que operem com crédito rural, e destinados a financiamentos, inclusive créditos de custeio, comercialização e investimentos agrícolas, contratados a partir de 1º de dezembro de 1994, terão como remuneração nominal, a partir daquela data, a TJLP do respectivo período.

Parágrafo único. Os bancos transferirão, nos prazos legais, ao Fundo de Participação PIS-PASEP e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador o valor correspondente à TJLP aludida no **caput** deste artigo, limitada a 6%

(seis por cento) ao ano, capitalizada a diferença, podendo o Conselho Monetário Nacional alterar esse limite.

Art. 5º – A partir de 1º de dezembro de 1994, os recursos dos fundos mencionados no art. 4º desta Medida Provisória, repassados aos bancos e destinados a financiamentos contratados até 30 de novembro de 1994, terão a Taxa Referencial – TR a que alude o art. 25 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, substituída pela TJLP, reduzida de correspondente a 6% ao ano, mantidos, exclusivamente para estes recursos, os juros previstos nos parágrafos 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990."

**Justificação**

O Governo entendeu que estimular o investimento industrial, a fim de possibilitar o crescimento do PIB, é de fundamental importância para o sucesso do Plano Real. Para isso criou a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, que passa a ser o fator de remuneração dos empréstimos do BNDES com base nos recursos do PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante.

Entendemos, entretanto, que o financiamento da atividade agrícola é tão importante quanto o da atividade industrial para que se alcance a estabilidade da economia. Portanto, nossa emenda é no sentido de possibilitar que o setor agrícola também seja beneficiado com financiamento a baixos custos que incentivem o aumento da produção.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – Deputado **Chico Vigilante**.

**EMENDA SUPRESSIVA N° 6**

Suprime-se do artigo 8º, da Medida Provisória nº 634 a expressão " e os parágrafos 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990."

**Justificação**

A emenda visa assegurar que o limite de remuneração dos recursos do FAT e do PIS-PASEP sejam mantidos ao nível de 6%, e afasta a possibilidade de que tal percentual seja reduzido por determinação unilateral do Conselho Monetário Nacional.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1994. – Deputado **Chico Vigilante**.

**EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA À EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N° 689, DE 3 NOVEMBRO DE 1994, QUE "CONCEDE NOVO PRAZO PARA CONCLUSÃO DO IN-**

VENTÁRIO DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – INAMPS” EXTINTO PELA LEI Nº 8.689, DE 27 DE JULHO DE 1993 (REEDIÇÃO DA MP Nº 643/94):

Congressista Emenda Nº  
Deputado João Almeida 1

#### EMENDA Nº 1

Art. É o Poder Executivo autorizado, pelo prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei, a realizar transformação e remanejamento de cargos vagos existentes nas Instituições Federais de Ensino, abrangidas pela Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, cuja vacância tenha ocorrido a partir de 3 de dezembro de 1992, sem que disto resulte aumento de despesas.

#### Justificação

A Administração Pública Federal, atingida pela política de contenção de gastos traduzida prevalentemente pela falta de investimentos em recursos humanos, viu a diminuição progressiva do seu contingente de pessoal afetar-lhe a eficiência, situação esta que reclama urgente equacionamento.

*Na verdade, o desequilíbrio entre a força de trabalho necessária e o quadro efetivo hoje disponível torna indispensável o levantamento de alternativas que permitem atender à dinâmica do crescimento institucional.*

Dentro desta perspectiva, o remanejamento de cargos vagos para área onde o “déficit” de pessoal se faz sentir mais intensamente, se efetuado através de transformação de cargos muitas vezes obsoletos e inadequados, representará um instrumento de ajuste às metas de expansão comprometida pelas instituições. Tal medida não implicará em aumento de despesa, vez que esta sendo proposto o aproveitamento de vagas ocorridos a partir de 3 de dezembro de 1992, em virtude de aposentadoria, morte, exoneração, transferência e demissão.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – Deputado **João Almeida**.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 691 DE 3 DE NOVEMBRO DE 1994, QUE DISPÕE SOBRE A NOTA DO TESOURO NACIONAL – NTN E SUA UTILIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E DIREITOS ALIENADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE DESESTABILIZAÇÃO – PND, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1990, CONSOLIDANDO AS NORMAS SOBRE A MATÉRIA CONSTANTES DA LEI Nº 8.177, DE 1º DE MARÇO DE 1991, E DA LEI Nº 8.249, DE 24 DE OUTUBRO DE 1991, E ALTERA O ART. 3º DA LEI Nº 8.249/91.

Congressista Emenda Nºs  
Deputado Paes Landim 1  
Deputado Paulo Bernardo 2

#### MENDA Nº 1

Dê-se ao **caput** do § 1º do art. 1º do projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 691, de 3 de novembro de 1994, a seguinte redação:

“Art. 1º Além do disposto no **caput** deste artigo, a NTN será emitida para substituição, por seu valor atualizado, dos títulos a que se refere o Decreto-Lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, utilizáveis no âmbito do Programa Nacional de Desestabilização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 2 de abril de 1990 e, com o mesmo fim, para:

#### “Justificação

O Decreto-Lei nº 263, de 28 de fevereiro de 1967, baixado com base no Ato Institucional nº 4, de dezembro de 1966, estabeleceu as regras para o resgate de títulos da Dívida Pública Interna Fundada Federal, prescrevendo que os mesmos deveriam ser apresentados no prazo de seis meses, ao Banco Central do Brasil considerando-se prescritos os não apresentados no prazo assinalado.

Mais adiante, pelo Decreto-Lei nº 396, de 30 de dezembro de 1968, expedido com lastro no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, esse prazo foi alterado para doze meses.

O início desse prazo, entretanto, foi fixado como a data em que os serviços passassem a ser executados pelo Banco Central do Brasil, conforme edital a ser por ele publicado.

A medida não teve a divulgação necessária, sendo os diplomas legais, bem como o edital, publicados apenas no **Diário Oficial**, sabidamente de leitura restrita e especializada, donde a certeza de não terem sido alcançados todos os portadores dos títulos que se pretendia resgatar. Ressaltamos entre os prejudicados pessoas que sequer tinham condições de identificar se os títulos que detinham eram ou não passíveis de resgate e que se viraram de uma hora para outra despossuídas de um patrimônio, que subscreveram de boa fé e na confiança do resgate pelo Governo Federal.

Daí a presente emenda, cuja finalidade precípua é a de possibilitar a revisão de um ato injusto e arbitrário do Estado, ao permitir que aqueles que foram atingidos possam recuperar a credibilidade no Governo Federal e reapresentar seus títulos para troca por outros a serem utilizados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

Cumpre seja enfatizado que a medida ora proposta além de não representar nenhum impacto no caixa do Tesouro Nacional, se compatibilize inteiramente não só com o Programa Econômico do atual Governo, como também com aquele que se instalará a partir de 1º de janeiro de 1995, como amplamente divulgado pelo Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso, como divulgado em seu “Mãos à obra Brasil”.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1994. – Deputado **Paes Landim**

#### EMENDA Nº 2

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

“Art. 3º O Parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 8.249/91 passa a ser o § 1º e acrescente-se § 2º, com as seguintes redações:

“§ 1º O Poder Executivo poderá autorizar a utilização da NTN para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, de que trata a Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990.

“§ 2º As NTN, de quaisquer tipos, mesmo as que contiverem cláusula de inalienabilidade, poderão ser utilizadas para cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos judiciais, junto ao Banco Central do Brasil.”

#### Justificação

Os depósitos judiciais, por terem características de serem tanto de médio como de longo prazos, compatibilizam-se com quaisquer tipos de NTN.

Outrossim, há de se relevar que a Caixa Econômica Federal ficaria com mais recursos disponíveis para aplicar em operações da área social e comercial, como financiamentos a pequena e média empresas.

Sala das Sessões, 9 de novembro de 1994. – Deputado **Paulo Bernardo**.

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### **1- ATA DA 156<sup>a</sup> SESSÃO , EM 16 DE NOVEMBRO DE 1994**

#### **1.1- ABERTURA**

#### **1.2- EXPEDIENTE**

##### **1.2.1- Mensagens do Senhor Presidente da República**

– Nº 356/94-CN (Nº 985/94, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, dados complementares a que se referem os incisos II, parágrafos 2º do art. 4º e o inciso III, do art. 10, da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, para compor a Proposta Orçamentária para o exercício de 1995.

– Submetendo à deliberação do Senado Federal nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

– Nº 349/94 (Nº 991/94, na origem), referente a escolha do nome do Sr. Edison Rodrigues-Chaves, para exercer o cargo de Conselheiro Administrativo de Defesa Econômica.

##### **1.2.2- Requerimentos**

– Nº 843/94, de autoria do Senador Magno Bacellar, solicitando que a Mensagem nº 346/94 (nº 970/94, na origem), além da Comissão Constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– Nº 844/94, de autoria do Senador Magno Bacellar, solicitando que a Mensagem nº 318/94 (nº 926/94, na origem), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– Nº 845/94, de autoria do Senador Francisco Rollemburg, solicitando que seja considerado, como licença autorizada, o período compreendido entre os dias 14 e 18 de novembro de 1994. Votação adiada por falta de quorum.

##### **1.2.3- Comunicações da Presidência**

– Recebimento da Mensagem nº 348/94 (nº 989/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 61, de 1994, do Senado Federal.

– Recebimento da Mensagem nº 350/94 (nº 1.002/94, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 62, de 1994, do Senado Federal.

– Recebimento dos Ofícios nºs S/75 e S/76, de 1994 (nºs 3.493 e 3.494/94, na origem), encaminhando solicitação para que os Estados da Bahia e de Minas Gerais possam emitir Letras Financeiras do Tesouro daqueles Estados cujos recursos serão destinados ao giro das suas Dívidas Mobiliárias, vencíveis no 1º semestre de 1995.

– Aprovação pela Comissão Diretora, em reunião do dia 8 do corrente, dos Requerimentos de Informações nºs 677 a 679,

684, 687, 693, 698 a 701, 712 a 716, 720 a 723, 734 e 768, de 1994.

– Recebimento da Mensagem nº 351/94, pela qual o Senhor Presidente da República solicita que seja autorizado o lançamento de Bônus da República Federativa do Brasil no exterior, bem como a contratação de agentes financeiros para a efetivação da medida, para os fins que especifica.

##### **1.2.4- Discursos do Expediente**

– SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – Justificando a sua saída da vida pública após 50 anos. Vitória do Senador Albano Franco na campanha ao governo do Estado de Sergipe.

– SENADOR EDUARDO SUPLICY – Saudação à vitória do PT no Distrito Federal e no Espírito Santo.

– SENADOR MANSUETO DE LAVOR – Falecimento do ex-Ministro da Agricultura e ex-Deputado Federal Oswaldo Calvanti Lima Filho, eminente político pernambucano.

– SENADOR MAURO BENEVIDES, Como Líder – Éxito do PMDB nas eleições de ontem com a vitória nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Piauí, Goiás, Rondônia e Paraíba. Falecimento do Sr. Oswaldo Calvanti Lima Filho.

##### **1.2.5- Comunicação da Presidência**

– Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

##### **1.2.6- Discursos do Expediente (continuação)**

– SENADOR RONAN TITO – A questão do atraso na liberação de recursos para a agricultura. Expectativas diante do provável fracasso do Plano Real.

– SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – A ética de S. Exa., na qualidade de relator, sobre a Medida Provisória que trata da fixação do valor do salário mínimo. Considerações sobre o acordo firmado entre o Governo Federal e os petroleiros, abrindo perigoso precedente.

– SENADOR MARCO MACIEL – Homenagem póstuma ao Dr. Leduar de Assis Rocha, professor, médico e jornalista pernambucano.

##### **1.2.7- Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**

##### **1.3- ENCERRAMENTO**

#### **2- DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES**

Do Sr. Aureo Mello, proferidos nas sessões de 13 de outubro, 26 de outubro e 8 de novembro do corrente ano.

##### **3- MESA DIRETORA**

##### **4- LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS**

##### **5- COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

## **Ata da 156<sup>a</sup> Sessão, em 16 de novembro de 1994**

### **4<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 49<sup>a</sup> Legislatura**

#### **– EXTRAORDINÁRIA –**

*Presidência dos Srs. Magno Bacellar, Jaques Silva e Áureo Mello.*

*ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Affonso Camargo – Áureo Mello – Carlos Patrocínio – Eduardo Suplicy – Gilberto Miranda – Irapuan Costa Júnior – Jac-

ques Silva – Jarbas Passarinho – João Rocha – José Eduardo – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Marco Maciel – Maurício Corrêa – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Rachid Saldanha Derzi – Raimundo Lira – Ronan Tito.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS

#### DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(\*) MENSAGEM Nº 356, DE 1994-CN

(Mensagem nº 985, de 9-11-94, na origem)

*Do Sr. Presidente da República, encaminhando ao Congresso Nacional, dados complementares a que se referem os incisos II, § 2º, do art. 4º e o inciso III, do art. 10, da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, para compor a Proposta Orçamentária para o exercício de 1995.*

(\*) Será publicada em suplemento à presente edição.

Submetendo à deliberação do Senado Federal nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 349, DE 1994

(nº 991/94, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 3º da Medida Provisória nº 696, de 4 de novembro de 1994, e o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Doutor EDISON RODRIGUES-CHAVES para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Os méritos do Doutor EDISON RODRIGUES-CHAVES, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 10 de novembro de 1994. – Itamar Franco.

EDISON RODRIGUES-CHAVES

*Curriculum Vitae*

#### 1. Dados pessoais

##### 1.1 Nome

Edison Rodrigues-Chaves

##### 1.2 Local e data de nascimento

Niterói, RJ, 11 de fevereiro de 1931

##### 1.3 Filiação

Antonio Rodrigues-Chaves e Luiza dos Santos Chaves

##### 1.4 Estado civil

Casado, sob o regime de comunhão de bens

##### 1.5 Local e data do casamento

Niterói, RJ, 12 de maio de 1955

##### 1.6 Nome do cônjuge

Célia de Araújo Silva e Rodrigues-Chaves

##### 1.7 Endereços

###### 1.7.1 Endereço residencial

SQS 311, Bloco F, AP. 601

70364-060 Brasília, DF

Telefone: (061)242-4540

#### 1.7.2 Endereço profissional

Ministério da Justiça

Consultoria Jurídica

Esplanada dos Ministérios

Bloco T, 2º and.

70064900 Brasília, DF

Telefones: (061) 224-5448/224-5237 e 225-2392 (fax)

#### 1.8 Documentos pessoais

##### 1.8.1 Cédulas de Identidade

OAB/SP 34.245

OAB/DF 646-A

OAB/AM A-133

##### 1.8.2 Carteira de Trabalho e Previdência Social

61.585, série 118\*

##### 1.8.3 Título Eleitoral

Inscrição nº 74826420/70, da 1ª Zona, 505ª Seção, de Brasília, DF

##### 1.8.4 Matrícula no SIAPE

0662068

##### 1.8.5 Matrícula PIS/PASEP

1037409945.3

##### 1.8.6 CIC/CPF

004.562.338-49

##### 1.8.7 Documento militar

Carta-Patente de 2º Tenente R/2 de Infantaria, do Exército

##### 1.8.8 Conta Bancária

Banco do Brasil (Banco nº 001), Agência Senado Federal (Agência nº 2636-0), conta corrente nº 235.235-4

#### 1.9 Atividade atual

Procurador Autárquico Federal, do Instituto Nacional do Seguro Social, requisitado pelo Ministério de Estado da Justiça, exerce o cargo em comissão de Consultor Jurídico (DAS-102.5).

#### 2. Exercício Profissional

##### 2.1 Atividades jurídicas

2.1.1 Advogado militante, atuou em São Paulo, SP, no período de 1972 a 1979; transferiu-se a seguir para Brasília, DF, onde atualmente se encontra, com passagem pelo Estado do Amazonas, durante o ano de 1984.

2.1.2 Assessor Jurídico da Comissão Parlamentar de Inquérito da Dívida Externa, presidida pelo Deputado Federal Alencar Furtado, na Câmara dos Deputados, durante o ano de 1984.

2.1.3 Secretário-Executivo da Comissão de Direitos Humanos, da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Distrito Federal, no biênio 1985/86.

2.1.4 Delegado junto à Justiça Eleitoral e advogado do Movimento de Unidade Democrática do Estado do Amazonas – Muda Amazonas, coligação partidária integrada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido do Povo Brasileiro (PPB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Renovador (PTR), Partido da Juventude (PJ) e Partido Comunista do Brasil (PC doB), durante as eleições de 1986).

2.1.5 Consultor do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC, de Brasília, nas áreas de Direito Constitucional, Direito Agrário e Direito Eleitoral, a partir de 1983.

2.1.6 Vice-Presidente da Fundação de Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Distrito Federal, eleito para o biênio 1987/88.

2.1.7 Sócio-fundador e Presidente da Associação Nacional de Direito Agrário (Andra), eleito para o biênio 1986/87 e reeleito para o biênio 1988/89.

2.1.8 Em 10 de fevereiro de 1987, foi nomeado pelo Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira,

para o exercício de função de confiança, de Direção e Assessoramento Superior (DAS-102.2), sendo lotado em seu Gabinete, com exercício na Consultoria Jurídica, onde passou a integrar a Câmara de Legislação Agrária, na qualidade de membro e, como Coordenador, a Subcâmara de Cadastro e Tributação. Pouco antes de deixar o Ministério, o Ministro Dante de Oliveira o dispensou da função que exercia em seu Gabinete e determinou sua contratação para Função de Assessoramento Superior (FAS), lotando-o na Consultoria Jurídica. A partir de 1º de setembro de 1986, foi designado Coordenador-Substituto da Coordenadoria de Informações Judiciais (CIJ), daquela Consultoria. Ali permaneceu até 30 de setembro de 1988.

**2.1.9** Em 10 de outubro de 1988, assumiu o cargo de Assessor Legislativo, na Assessoria do Senado Federal, para o qual foi nomeado em virtude de aprovação em concurso público de provas e de títulos. Ali foi designado para integrar o Grupo de Assessoria em Direito Constitucional.

**2.1.10** Em 11 de dezembro de 1990, computando todo o tempo de serviço prestado à iniciativa privada e a órgãos governamentais (39 anos e oito meses), aposentou-se como Assessor Legislativo do Senado Federal.

**2.1.11** Em 11 de julho de 1991, o Senado Federal o nomeou para o cargo em comissão de Assessor Técnico, ficando à disposição da Liderança do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Ali permaneceu até 17 de novembro de 1992. Durante esse período, prestou assessoria jurídica ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), designada para apurar denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello, contra o Sr. Paulo Cesar Cavalcanti Farias (CPI do PC).

**2.1.12** Em 18 de novembro de 1992, assumiu o cargo de Procurador Autárquico do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público de provas e de títulos.

**2.1.13** Em fevereiro de 1993, foi requisitado pela Presidência da República e nomeado para o cargo de Consultor da União, da Consultoria-Geral da União, que integra a Advocacia-Geral da União. A seguir, assumiu, como substituto, o cargo de Consultor-Geral da União, que exerceu durante quatro meses, até julho de 1993.

**2.1.14** Em julho de 1993, ainda requisitado pela Presidência da República, foi nomeado para o cargo em comissão de Assessor da Secretaria-Adjunta, da Secretaria da Administração Federal.

**2.1.15** Em janeiro de 1994, foi requisitado pelo Ministério dos Transportes e nomeado seu Consultor Jurídico (DAS-102.5).

**2.1.16** Em março de 1994, foi requisitado pela Advocacia-Geral da União e nomeado Corregedor-Geral da Advocacia da União para estruturar a Corregedoria-Geral (cargo de natureza especial), até então apenas prevista pela Lei Complementar nº 73, de 1993.

**2.1.17** Em julho de 1994, foi nomeado Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, cargo que atualmente exerce.

## 2.2 Magistério superior

### 2.2.1 Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Professor de Direito da Informação (Legislação Editorial e Legislação Jornalística, do Curso de Editoração e do Curso de Jornalismo).

### 2.2.2 Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) – São Paulo, SP

Professor de Direito da Informação (Legislação de Imprensa), para os alunos do Curso de Comunicação Social.

## 3. Trabalhos publicados

### 3.1 Artigos em periódicos

Uma nova Lei de Falência, sem o debate precedente. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24-5-77, pág. 4.

Direito adquirido, coisa julgada e crime de responsabilidade. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2-8-77, pág. 4.

Uma nova ameaça de esvaziamento do Poder Judiciário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31-5-77, pág. 5.

A reposição salarial e a difícil tarefa do Poder Judiciário. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29-11-77, pág. 4.

Sem sanções, o novo código é apenas inócuo. **Gazeta Mercantil**, 14-4-78, pág. 14.

O princípio da anterioridade e a Lei de Segurança. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 25-4-78, pág. 4.

Cotem: um órgão inconstitucional e inoperante. **Gazeta Mercantil**, 15-6-78, pág. 5.

Decreto-lei: um instrumento autoritário. **Gazeta Mercantil**, 16-4-85, pág. 5.

As dificuldades no caminho das reformas eleitoral e partidária. **Gazeta Mercantil**, 7-5-85, pág. 6.

Reforma agrária: a questão da justa indenização. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29-5-85, pág. 6.

As várias opções de reforma constitucional. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4-6-85, pág. 6.

Os riscos de sustar uma ordem judicial. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23-7-85, pág. 6.

Incompetência e "ato decisório". **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2-8-85

O projeto do Contencioso Administrativo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 28-5-88, pág. 1.

## 4. Formação cultural

### 4.1 Cursos primário e secundário

Colégio Figueiredo Costa – Niterói, RJ  
(1938-1950)

### 4.2 Cursos superiores

#### 4.2.1 Cursos de Graduação (excluídos os de natureza não-jurídica)

##### 4.2.1.1 Faculdade de Direito de Osasco – Osasco, SP

Bacharelado em Direito (1969/71)

##### 4.2.1.2 Faculdade de Direito Braz Cubas – Mogi das Cruzes, SP

Bacharelado em Direito (1972/73)

##### 4.2.2 Cursos de pós-graduação

#### 4.2.2.1 Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Curso de Mestrado em Ciências da Comunicação/Direito da Informação (1974/76)

### 4.3 Domínio de idiomas estrangeiros

#### 4.3.1 Inglês

Apenas lê.

#### 4.3.2 Francês

Lê, entende, escreve e fala, razoavelmente (estudou na Alliance Française, durante seis anos).

#### 4.3.3 Italiano

Lê, entende, escreve e fala, razoavelmente (estudou no Instituto de Língua Italiana, durante três anos).

#### 4.3.4 Espanhol

Lê, entende, escreve e fala bem (estudou no Instituto de Cultura Hispânica)

Brasília, novembro de 1994. – **Edison Rodrigues-Chaves**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

**REQUERIMENTO N° 843/94**

Nos termos do art. 255, II, c, nº 12 do Regimento Interno  
requeiro que a Mensagem nº 346, de 1994, (nº 970 de 8-11-94, na origem) do Senhor Presidente da República, "submetendo à apreciação do Senado Federal, para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente de US\$ 160,217,818.00 (cento e sessenta milhões, duzentos e dezessete mil, oitocentos e dezoito dólares), entre a República Federativa do Brasil e a Alenia Elsal Sistemi Navali S.p.a. (AESN), destinada a financiar o fornecimento de sistemas e equipamentos para o Projeto de Modernização das Fragatas Classe Niterói, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda", além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, (art. 101, II, 7 do Regimento Interno).

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1994. – Senador **Magno Bacelar**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO N° 844, DE 1994**

Nos termos do art. 255, II, c, nº 12 do Regimento Interno  
requeiro que a Mensagem nº 318, de 1994, (nº 926/94 na origem) do Senhor Presidente da República, "solicitando seja autorizada a celebração do Termo de Sub-rogação, Cessão e Aditamento ao Contrato de Compra e Venda com Financiamento de Equipamentos e Materiais destinados às Unidades Hospitalares Brasileiras, firmado em 15-2-77, entre o então Instituto Nacional da Previdência Social – INPS, sucedido pelo Instituto Nacional de Assistência Médica de Previdência Social – INAMPS, em extinção, e a empresa alemã Intermed-Export-Import", além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, (art. 101, II, 7 do Regimento Interno).

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1994. – Senador **Magno Bacelar**, Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no exercício da Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – Os requerimentos lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos na Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, c, 12, do Regimento Interno, e encaminhados à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO N° 845, DE 1994**

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, no período compreendido entre os dias 14 e 18 de novembro de 1994, a fim de participar do segundo turno da campanha eleitoral ao Governo do Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 1994. – Senador **Francisco Rolemberg**.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A votação do requerimento fica adiada por falta de **quorum**.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 348, de 1994 (nº 989/94, na origem), de 10 do corrente, do Senhor Presidente da República, na qual solicita a retificação da Resolução nº 61, de 1994, do Senado Federal.

A matéria será anexada ao processado da referida Resolução e despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 350, de 1994 (nº 1.002/94, na origem), de 11 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retificação da Resolução nº 62, de 1994, do Senado Federal.

A matéria será anexada ao processado do referido projeto e despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, os Ofícios nºs S/75 e S/76, de 1994 (nºs 3.493 e 3.494/94, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1993, do Senado Federal, solicitação para que os Estados da Bahia e de Minas Gerais possam emitir Letras Financeiras do Tesouro daqueles Estados, cujos recursos serão destinados ao giro das suas Dívidas Mobiliárias, vencíveis no 1º semestre de 1995.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora aprovou, em sua reunião do dia 8 do corrente, os Requerimentos de Informações nºs 677 a 679, 684, 687, 693, 698 a 701, 712 a 716, 720 a 723, 734 e 768, de 1994, dos Senadores Ronaldo Aragão, Gilberto Miranda, Júnia Marise, Moisés Abrão, Eduardo Suplicy, João Rocha, Júlio Campos, Alfredo Campos e Irapuan Costa Júnior, aos Ministros mencionados.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 351, de 1994 (nº 1.003/94, na origem), de 11 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República solicita que seja autorizado o lançamento de Bônus da República Federativa do Brasil no exterior, bem como a contratação de agente financeiro para a efetivação da medida, para fins que específica.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, compareço hoje ao Senado depois de um período de ausência devido à campanha eleitoral no Estado de Sergipe e ao tratamento médico a que estava sendo submetido, em decorrência de um acidente que sofrí antes das eleições. Hoje interrompo a licença que solicitei para registrar um acontecimento da maior importância para a política nacional e especialmente para o Estado de Sergipe e os sergipanos.

A vida pública, Sr. Presidente e Srs. Senadores, reserva àqueles que escolhem esse caminho difícil para servir ao seu País e aos seus concidadãos grandes alegrias, surpresas e também deceções, mas todos nós que exercemos mandatos eletivos estamos permanentemente submetidos ao crivo das aspirações e tendências da vontade popular e, no período eleitoral, aos imprevistos da campanha e ao capricho das urnas.

Estando na vida pública há quase cinco décadas, sem nunca ter perdido uma eleição, este ano a sorte me foi um pouco adversa. Tendo registrada a minha candidatura já no final do prazo previsto em lei eleitoral e iniciado a minha campanha para o Senado com bastante atraso com relação aos outros candidatos, quando faltavam 12 dias para as eleições do primeiro turno, realizadas no dia 3 de outubro, tive que interromper o programa da campanha eleitoral devido a acidente ocorrido no Município de Porto da Folha, quando desabou o palanque durante comício do qual participava e que me resultou em fratura numa das pernas, obrigando-me a repouso

e tratamento médico, ficando imobilizado durante 15 dias em Aracaju e, depois, 17 dias internado no Hospital Sara Kubitschek, aqui em Brasília.

Reverenciando a vontade popular e os desígnios de Deus, a quem sempre entreguei o meu destino, já assimilei esse fato e aceitei o resultado bastante confortado e resignado; assim, poderei retomar minha vida particular, interrompida há 47 anos, quando deixei todos os meus interesses particulares para me dedicar à vida pública e servir a Sergipe e aos sergipanos aos quais muito devo.

Retornando ontem de Aracaju, onde fui votar no segundo turno, hoje, ao amanhecer, recebi por telefone uma notícia que muito me alegrou. E é esse acontecimento que desejo registrar, interrompendo a licença médica a que estava submetido, conforme requerimento que enviei ao Senado.

O Senador Albano Franco, conforme as informações desse telefonema que conferem com os resultados do Tribunal Superior Eleitoral, já disponíveis nos computadores do Senado, elegeu-se Governador de Sergipe, com a vantagem de 24.148 votos com relação ao outro candidato, que havia ganho no primeiro turno.

Fiquei muito feliz, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com a vitória do Senador Albano Franco, pois eu também fazia parte da coligação que o elegeu.

A ausência do Senador Albano Franco no Senado é realmente uma grande perda para esta Casa, pelo quanto S. Exª tem contribuído com sua postura e seu trabalho, sua inteligência e integridade de homem público de grande expressão na política e na economia nacional, mas Sergipe ganha a contribuição, no Governo do Estado, de um dos seus filhos mais ilustres da atualidade, experimentado na atividade política e na administração; um homem bastante preparado para governar o Estado e promover o progresso, o desenvolvimento social e econômico de Sergipe, bem como o bem-estar da sua população.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, de que o Governo do Senador Albano Franco será um marco na história de Sergipe, um período de grandes melhoramentos para a economia do Estado e a vida dos sergipanos. A vitória de Albano Franco trará muita confiança no futuro de Sergipe, e estou certo de que será repleto de realizações em benefício do povo sergipano.

Em Sergipe, onde cheguei recém-formado, levado pela mão amiga de um colega de colégio e da Faculdade de Medicina da Bahia, o ex-Senador e Governador Augusto Franco, pai de Albano Franco, fui médico de fábrica, fui médico de sindicatos, tanto em São Cristóvão como em Aracaju; clíniquei sem cobrar um centavo dos meus pacientes e sem me ligar a qualquer clínica particular. Fui deputado estadual, prefeito de São Cristóvão, deputado federal, governador. Há quase 24 anos sou Senador e tenho procurado servir ao Estado de Sergipe e aos sergipanos com dedicação, empenho e seriedade.

Em minha passagem pela vida pública creio que cumprí o meu dever.

Era essa a comunicação, Sr. Presidente, que desejava fazer a esta Casa: a vitória do Senador Albano Franco como Governador de Sergipe.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (PT-SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero saudar a vitória do candidato Cristovam Buarque, do Partido dos Trabalhadores, aqui no Distrito Federal, após intensa e bonita batalha travada com o candidato Valmir Campelo, que representou o PTB e outros partidos.

A coligação ampliada em torno de Cristovam Buarque, que congregou partidos como o PT, o PSDB, o PCdoB, o PPS, o PDT,

o PSB, o PMN e outros fez com que Brasília vivesse uma das mais renhidas batalhas registradas em todos os Estados nesse segundo turno.

Gostaria também de saudar a vitória, no Espírito Santo, de Vitor Buaiz. Nossa candidato enfrentou o Cabo Camata, que tinha uma proposta extremamente conservadora, muito diversa da proposta de visão moderna, progressista e profundamente democrática de Buaiz, apoiado por um leque de partidos semelhantes àquele que apoiou Cristovam Buarque e conseguiu uma extraordinária vitória.

Quero também saudar o ótimo desempenho de Olívio Dutra, que, segundo informações, deverá reconhecer a vitória de Antônio Brito, possivelmente por pequena margem de votos.

Tanto no Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Espírito Santo, o PT, com os partidos que apoiaram nossos candidatos, demonstrou extraordinária garra, energia e paixão. Paixão pelos valores que defendemos: a transparência, a solidariedade, a seriedade no trato da coisa pública, a participação nas decisões sobre o que é feito do dinheiro público, e o resgate da cidadania para aqueles que, por tanto tempo, estiveram sem voz e sem vez.

Cristovam Buarque, aqui no Distrito Federal, terá a Nação olhando sua administração, assim como os brasileiros estarão observando a administração do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do Planalto.

Será interessante comparar o que ambos estarão fazendo, e acredito que vai ser muito positivo para o Brasil observar esse paralelo, principalmente daqui de perto, da própria sede, do Distrito Federal, porque tanto Brasília quanto as cidades que estão a sua volta serão administradas por um candidato do Partido que se contrapôs mais firmemente à candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Creio que isso será positivo para o Brasil, pois ambas as forças estarão diante do desafio de mostrar o que melhor poderão realizar de exemplo para todos.

Dentre as proposições colocadas por Cristovam Buarque, há uma que o Brasil hoje discute – aliás, o Presidente da República também o faz –: trata-se da remuneração mínima do trabalhador brasileiro.

Por que esse tema está relacionado às propostas de Cristovam Buarque? Porque Cristovam Buarque colocou que toda família carente que tenha filhos em idade escolar receberá o equivalente a um salário mínimo.

Estima o Governador eleito que haja cerca de vinte mil famílias no Distrito Federal que poderiam ser qualificadas como carentes, que teriam filhos de sete a quatorze anos e que, portanto, teriam o direito de receber o equivalente a um salário mínimo. Trata-se de uma variação da proposta do programa de garantia de renda mínima que foi aprovada por esta Casa.

A imprensa estampa hoje divergências entre o Presidente Itamar Franco e o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso.

**O Estado de S. Paulo** noticia que, segundo o Presidente Itamar Franco, Fernando Henrique teria sido precipitado ao afirmar que é demagogia aumentar o salário mínimo para 100 dólares sem reformar a Previdência. Sua Excelência afirmou que Cardoso sabe, "mais do que ninguém", que estudos técnicos ainda estão sendo feitos na área econômica para ver qual a possibilidade de o Governo avançar nesta questão. Primeiro, vamos saber se é possível ou não – disse o Presidente. Quem pode viver com 70 reais?, perguntou, reafirmando a posição de que o mínimo precisa de um reajuste. O Presidente esclareceu que ainda não determinou que o salário seja de 100 dólares e que está aguardando os resultados dos estudos. "Se concluirmos que sim, que é possível dar o aumento, eu darei. Se concluirmos que não, não darei". O Presidente entendeu que o salário atual não atende às necessidades básicas dos tra-

balhadores e que ele, ainda em seu Governo, gostaria de promover a melhoria na vida dos assalariados. Em entrevista à **Rádio Gaúcha**, na segunda-feira, Cardoso dissera que falar em salário de 100 dólares, sem reforma previdenciária, é demagogia.

Ora, se o Presidente afirma que estudos técnicos estão sendo realizados, avalio que responsavelmente devem os organismos da Fazenda, do Trabalho e da Previdência estar estudando o tema em profundidade, analisando todas as alternativas, inclusive o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Em todos os países onde o tema é debatido, considera-se que há relação entre os conceitos de renda mínima e salário mínimo. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o salário mínimo brasileiro está efetivamente baixo. Podemos fazer comparação entre o Brasil e países de renda per capita aproximadamente semelhante. O Chile, por exemplo, é um país da América Latina, de renda per capita similar à do Brasil, que tem apresentado níveis acentuados de progresso, taxas de inflação e desemprego relativamente baixas. Ao Embaixador do Chile, que há pouco me fazia uma visita, perguntei qual a renda per capita do país. Segundo S. Ex<sup>a</sup>, é de 3.200 dólares, portanto, muito semelhante à renda per capita do Brasil, que é de 3.000 dólares aproximadamente. O salário mínimo vigente no Chile é 135 dólares mensais, enquanto no Brasil é 70 reais, ou seja, cerca de 83 dólares. Esse é um valor bastante baixo e, conforme sabemos, insuficiente para que o trabalhador possa adquirir a cesta básica de 108 reais.

Repto: o salário mínimo, no Brasil, está efetivamente muito baixo. Mas que considerações são feitas nos diversos países quando se define o salário mínimo? Leva-se em conta o nível das taxas de emprego e outros fatores, tais como a possibilidade de a economia não absorver toda a força de trabalho disponível e a de o salário mínimo não ser suficiente para assegurar a sobrevivência das famílias. Nesse caso, institui-se um complemento que pode tomar a forma de renda mínima para todos, de um imposto de renda negativo ou de suplementação que garanta que o trabalhador ultrapasse a linha da pobreza.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe o que se denomina **Earned Income Tax Credit**. Infelizmente, no Brasil, poucos sabem – homens e mulheres do Governo, empresários – que há 20 anos nos Estados Unidos existe essa espécie de imposto de renda negativo, o **Earned Income Tax Credit**, ou seja, o crédito fiscal por remuneração recebida.

Em que consiste? Um trabalhador, por exemplo, que ganha o salário mínimo – cerca de 4 dólares e 25 cents por hora –, se trabalhar o mês inteiro, recebe 670 dólares, aproximadamente 10 vezes o nosso salário mínimo; se trabalhar o ano inteiro, recebe algo na faixa dos 8 mil e 500 dólares; se tiver mulher e dois filhos, essa renda não é suficiente para que atinja o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Nesse caso, pela legislação vigente, receberia 40% a mais do que ganha. De zero a 8 mil 425 dólares, o trabalhador nos Estados Unidos recebe 40% a mais como crédito fiscal por remuneração recebida. De 8 mil 425 a 11 mil dólares, recebe mais 3 mil 370 dólares por ano. De 11 mil a 27 mil dólares, recebe menos. E, sucessivamente, o crédito vai decrescendo.

Hoje, nos Estados Unidos, a primeira coisa que se pensa quando se fala em remuneração do trabalhador é no princípio da necessidade de se garantir o emprego. Ao trabalhador é garantida remuneração suficiente para que disponha do mínimo para atender as suas necessidades básicas e as de sua família.

Conforme tenho assinalado, há outros procedimentos. Na França, desde 1988, se instituiu a renda mínima de inserção. Todo trabalhador cuja renda não atingir 2 mil e 200 francos mensais, cerca de 400 dólares, recebe um complemento de renda até aquele montante, com mais mil francos para o cônjuge ou companheira e

mais 600 francos mensais por dependente, válido por 3 meses, prorrogável até 12 meses, período no qual a pessoa procura se integrar ao mercado de trabalho.

Há também outros mecanismos.

Em diversos países estuda-se cada vez mais o conceito da renda mínima garantida como um direito assegurado às pessoas.

O Ministro Ciro Gomes, em uma conversa comigo, por volta do dia 19 de setembro, disse-me ser do seu interesse que os estudos sobre a viabilidade operacional do Programa de Garantia de Renda Mínima pudesse ser concluídos até novembro para que a Câmara dos Deputados, local onde o projeto está sendo examinado, tenha os elementos necessários para a definição de programa do Governo a respeito desse assunto.

Espero que o Presidente Itamar Franco e o Ministro do Trabalho, Marcelo Pimentel, estejam estudando efetivamente esta matéria.

Ainda na semana passada, o Ministro Sérgio Cutolo informou-me que gostaria de me convidar para, perante o Conselho Nacional da Previdência, fazer uma exposição sobre o tema. O Conselho Nacional da Saúde, após ter ouvido a minha exposição, e tendo o Ministro Henrique Santillo assinado a medida, resolveu propor ou recomendar ao Poder Executivo a adoção imediata do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Tenho a convicção de que estudos estão sendo realizados pelos maiores economistas deste século, analisando todos os elementos em profundidade, inclusive vantagens e desvantagens desse instrumento de política econômica. Certamente, na medida em que os estudos forem aprofundados e realizados – e muitos já o foram no âmbito dos Ministérios: da Fazenda, do Planejamento, da Previdência, da Saúde e do Trabalho; também do IPEA –, chegaremos a conclusão semelhante à do Parecer do Deputado Germano Rigotto na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o qual também foi aqui exposto pelo Senador Maurício Corrêa, quando o projeto tramitou no Senado, de que o Brasil deve, o quanto antes, instituir tal programa.

Acredito que o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso terá elementos necessários para recomendar ao Executivo e ao Congresso Nacional a adoção dessa medida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Bacelar) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mansueto de Lavor.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** (PMDB-PE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer o registro – peço também que se registre nos Anais do Senado Federal –, do pesar que se abateu tanto sobre a sociedade pernambucana como no mundo político brasileiro com o falecimento do ex-Ministro da Agricultura do Governo João Goulart, do ex-Deputado Estadual, do ex-Deputado Federal e Constituinte de 1988, grande amigo e homem público, o Deputado Oswaldo Lima Filho.

Recolho dados de sua biografia, publicados na edição de 11 de novembro, no **Diário de Pernambuco**:

Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima Filho nasceu no Cabo (PE), no dia 26 de abril de 1921. Filho de Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima e de Judite Jatobá da Costa Lima. Seu pai, de origem humilde, chegou a ter grande força política no Estado de Pernambuco elegendo-se Deputado Federal em 1934 e Constituinte em 1945.

Começou na vida pública ainda estudante de Direito, quando foi nomeado em 1940 pelo interventor Agamenon Magalhães, amigo e aliado político do seu

pai, Secretário do Museu do Estado de Pernambuco, cargo que exerceu até 1943, quando bacharelou-se. De 1940 a 1942 trabalhou também como colaborador do jornal *Folha da Manhã*. Em 1944 Agamenon Magalhães nomeou-o Promotor Público de Surubim, convidando-o, depois, em outubro do mesmo ano para ocupar a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco.

A partir de março de 1945 aderiu ao trabalho da Organização do Partido Social Democrático – (PSD), articulado no Estado por Agamenon Magalhães, que nesse mesmo mês passou a ocupar o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo substituído na intendência de Pernambuco por Etilvino Lins. Apesar do decreto de 28 de maio desse ano, determinando e regulamentando a criação de partidos políticos, Oswaldo Lima Filho tornou-se um dos organizadores de caravanas pelo interior do Estado com o objetivo de arregimentar lideranças para o PSD.

Com a deposição de Vargas, em outubro de 45, Oswaldo Lima foi afastado do DOPS. Em 46, com o apoio de Agamenon, candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco na legenda do PSD. Foi Deputado Estadual nos períodos de 1947 a 1950 e de 1951 a 1954. São dessa fase seus projetos de encampação em Pernambuco da Pernambuco Tramways, no qual se empenhou ao lado do Deputado Paulo Cavalcanti, e o Projeto de Lei que virou Serviço Estadual de Defesa do Solo.

Eleito para a Câmara dos Deputados no período de 1955 a 1958, fundou a Frente Parlamentar Nacionalista ao lado dos Deputados Abílio Bastos, Josué de Castro, Cid Carvalho e Almino Afonso, entre outros. Reeleito em 1959, foi Líder da Bancada do PTB e primeiro vice-Presidente da Câmara dos Deputados (1962). Reeleito no período de 1962-65, exerceu o cargo de Ministro da Agricultura, no Governo João Goulart, desde 20 de junho de 1963 até o golpe militar de 31 de março de 64.

Representante do Brasil na Reunião da FAO em Roma, em 1963, propôs a criação de um fundo para o Desenvolvimento do Terceiro Mundo, constituído por contribuição de 1% dos orçamentos militares das nações filiadas à ONU. Fundador do MDB nacional em 24 de março de 66 e seu vice-presidente, foi ao lado do jurista Pinto Ferreira um de seus organizadores em Pernambuco e seu secretário-geral. Reeleito deputado federal em 1966, foi cassado pelo governo militar em janeiro de 69. Reassumiu seus direitos políticos após a cassação de 10 anos, tendo sido reeleito deputado federal no período de 1982-86. Fundou então a segunda Frente Parlamentar Nacionalista, ao lado de outros políticos.

Na legislatura seguinte, foi eleito primeiro suplente da bancada do PMDB, exercendo o cargo de relator da subcomissão Agrícola e Latifundiária e da Reforma Agrária da Assembleia Nacional Constituinte, onde realizou intensos esforços em defesa da reforma agrária e apresentou relatório desta subcomissão.

Na sua atuação política e parlamentar, Oswaldo Lima sempre defendeu princípios nacionalistas e trabalhistas, como o monopólio estatal do petróleo, a reforma agrária, o controle do capital estrangeiro, o direito de greve e a autonomia sindical. Defensor da economia nordestina, foi autor da primeira lei a conceder isenção

às novas indústrias nacionais no Nordeste. Foi de sua autoria a norma que criou a propaganda gratuita dos partidos políticos do rádio e da televisão.

Teve uma vida partidária muito movimentada: passou pelo PSB, PTB, MDB, PDT, PMDB, voltou ao PDT e em dezembro do ano passado filiou-se ao PT. Apoiou o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições gerais de 94, mas não quis retomar cargo eletivo. Chegou a ser cotado, no ano passado, para assumir o Ministério da Agricultura do Governo Itamar Franco.

Era casado com Jacy Ferreira da Costa Lima.

Teve diversos filhos, entre os quais Oswaldo Lima Neto, que foi Secretário de Transportes do Governo Federal e que participou também do último governo do Governador Miguel Arraes de Alencar, como Secretário de Estado.

O Deputado Oswaldo Lima Filho, falecido no dia 10 do corrente mês, na cidade do Recife, era de fato um homem que tinha princípios; viveu e morreu defendendo-os, pois, segundo se sabe, foi o que provocou o seu fatal ataque cardíaco, ele que já havia feito algumas intervenções cirúrgicas, como, por exemplo, ponte de safena; havia sofrido alguns distúrbios há meses, e ainda assim não renunciava ao trabalho, principalmente à luta política. Agora, na sua banca de advocacia, ele estava realmente realizando uma política no sentido mais elevado, que era a defesa dos seus princípios nacionalistas e também a defesa das camadas mais sofridas e marginalizadas da população.

O último episódio, na tarde anterior ao seu falecimento, foi a defesa que ele empreendeu, por três horas consecutivas, da não-privatização de um grande hospital público, Hospital Psiquiátrico do Recife, chamado o Hospital da Tamarineira, que é realmente um grande monumento, uma entidade hospitalar tradicional no Estado de Pernambuco. O Governo do Estado queria vendê-lo para que fosse transformado em um supermercado. E Oswaldo Lima era o advogado daquela ação popular que vedava a privatização do hospital ou a alienação do patrimônio e dos bens do Hospital da Tamarineira, para que ele continuasse a existir, com modernização, com adaptação à visão moderna do tratamento das doenças psíquicas e mentais; que houvesse modernização, jamais privatização, e muito mais do que privatização, a venda para fins alheios às finalidades históricas daquela grande unidade de saúde de Pernambuco.

Depois de três horas no fórum, emocionou-se. A causa foi decidida a favor da ação popular – ele sendo advogado. À noite, sentiu-se mal; no outro dia, veio a falecer. Portanto, morreu na trincheira. Morreu como costumava dizer o velho Ulysses Guimarães: não morreu de pijama; morreu fardado. Morreu na luta, na trincheira. Era um nacionalista.

A última manifestação de Oswaldo Lima Filho, pela tribuna da Imprensa, não é o jornal *Tribuna da Imprensa*, mas na sua tribuna, que era a imprensa, foi no *Diário de Pernambuco*. Há poucos dias da sua morte, no dia 8 de novembro – dois dias antes de falecer – ele publicou um artigo no *Diário de Pernambuco* intitulado: "Frei Joaquim do Amor Divino Caneca", no qual ele realmente se espelhava, era como que um discípulo das propostas políticas nacionalistas, libertárias desse grande vulto da história pernambucana.

Oswaldo Lima Filho era meu grande amigo. Da última vez que estive no Recife, jantamos juntos, ele dizendo, entre sorrisos: Mas você quer ficar ao meu lado, aposentado? Não se aposente; vamos lutar juntos. Disse até que se eu fosse candidato a Deputado Federal, como projetara, apesar da fidelidade que tinha ao PT, na eleição proporcional, ele estaria ao meu lado.

Oswaldo Lima era realmente uma figura acatadíssima no cenário político de Pernambuco pela sua história e pelos seus princípios, pela sua trajetória de luta em defesa das melhores causas deste País.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Ouço o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** – Gostaria também de juntar-me às homenagens que, com tanta justiça, V.Ex<sup>a</sup> presta, Senador Mansueto de Lavor, ao ex-Deputado federal e ex-Ministro da Agricultura do Governo João Goulart, Deputado Oswaldo Lima Filho, pessoa que, conforme V. Ex<sup>a</sup> acaba de mencionar, trouxe enorme contribuição ao Brasil. Dou o meu testemunho porque fomos colegas na legislatura de 1983 a 1987, na Câmara dos Deputados. Eu era Parlamentar do PT e ele do PMDB, naquela época, mas, muitas vezes, estivemos juntos, trabalhando em comissões, mas sempre senti muita afinidade com o Deputado Oswaldo Lima. Tendo em vista que no último ano de sua vida, praticamente, nos últimos 11 meses, conforme relata V. Ex<sup>a</sup>, ele se tornou um companheiro do Partido dos Trabalhadores. Como Líder do PT no Senado, rendo as minhas homenagens à pessoa que, com tanta energia, dedicou a sua vida à causa da nacionalidade brasileira e das transformações sociais, visando assegurar cidadania aos trabalhadores, àqueles que mais têm estado marginalizados da vida social e política no Brasil. Em nome do Partido dos Trabalhadores, a nossa homenagem a esse grande Parlamentar.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, trazendo a sua contribuição à memória dessa figura extraordinária da política pernambucana e brasileira, Oswaldo Lima Filho. Gostaria de frisar que ele transitou por diversas legendas políticas, como o velho PSD, que foi a sua escola e a de Agamenon Magalhães, e o Partido de seu pai, Coronel Oswaldo Lima, tendo se filiado, há alguns meses, como V. Ex<sup>a</sup> ressaltou, ao Partido dos Trabalhadores.

Mesmo tendo sua biografia registrado que participou de diversos partidos, aos quais deu sua contribuição com muita garra e entusiasmo, Oswaldo não tinha meios termos, pois entregava-se, de corpo e alma, à luta política. Por essa razão, até o último momento, esteve junto ao Presidente deposto João Goulart.

Durante o período da ditadura militar ocorreu um episódio interessante quando acompanhávamos o enterro do Padre Henrique. Ocorreu um grande tumulto, e ficamos sabendo que estava sendo preso o Deputado cassado Oswaldo Lima Filho que, pela sua luta, era proibido de assistir a qualquer ato público, inclusive sepultamentos. Mesmo assim, ele compareceu ao sepultamento do Padre Henrique. Assistiu a sua prisão, quando policiais à paisana o arrancaram das proximidades do caixão para levá-lo à cadeia.

A mudança de sigla partidária pouco importou. Na vida política do Deputado Oswaldo Lima Filho o que importaram foi a sua coerência, os seus princípios, a sua luta pelos mais nobres e elevados interesses nacionais, coincidentes com a vontade da maioria do povo brasileiro.

Há alguns meses ingressou no PT e disse-me que o havia feito pela convicção de que, neste momento da vida brasileira, o Partido dos Trabalhadores era o único partido que defendia plenamente, sem rachas, sem facções, as suas idéias nacionalistas. Essa convicção ele as levou para a eternidade.

Portanto, essa é uma homenagem ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que abrigou a incansável luta nacionalista do Deputado Oswaldo Lima Filho nos últimos dias de militância da sua brilhante carreira política.

**O Sr. Aureo Mello** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte, eminentíssimo Senador.

**O Sr. Aureo Mello** – Senador Mansueto de Lavor, recebi estarrecido a notícia do falecimento de Oswaldo Lima Filho, porque, antes de mais nada, ele era extremamente moço, jovial e forte, e, ao mesmo tempo, a sua imagem no cenário político era – e ainda é – tão nítida, tão vivente, tão real, que é difícil para nós constatar a dura verdade do seu desaparecimento. Oswaldo Lima Filho é um marco histórico do Brasil, uma flâmulha fincada ao lado da história política da nossa Pátria. Diversos períodos vivenciamos com ele: a presença de Juscelino Kubitschek de Oliveira no cenário nacional, acometido por Carlos Lacerda, com as suas diatribes e a sua característica oposição; a época do governo João Goulart; posteriormente, aquele sombrio período da ditadura militar, que eclipsou nomes da estatura moral e intelectual de Oswaldo Lima Filho; e, finalmente, o momento da ressurreição democrática, na feitura da Constituição de 1988, quando novamente alinhava-se àqueles que estavam elaborando o grande documento, por meio da sua inteligência, da sua coragem e do seu destemor. Para nós, que fomos seus colegas em 1964, Oswaldo Lima filho era como uma figura da nossa própria família. Estava sempre sorridente, trazendo a expressão da nossa mensagem, a mensagem de todos aqueles que participavam do Partido Trabalhista Brasileiro naquela época: a representação dos ideais de Vargas, do nacionalismo mais puro e sincero que já se poderia ter exercitado no plenário da Câmara e no cenário político nacional. Oswaldo Lima Filho foi sempre um campeador, um ponteiro de comando dos movimentos destinados a beneficiar os pobres e a consolidar a nacionalidade deste País. Como aceitar a idéia da morte de Oswaldo Lima Filho, se ele está aqui, presente nos seus ideais, no seu sorriso, na sua face corada, na sua obstinação pelos seus princípios? Obstinação essa que chegava ao ponto dele fechar a cara para nós, quando, porventura, não votávamos de acordo com o seu pensamento. Oswaldo Lima Filho não hesitou, certa vez, em "mandar bala" nos corredores da Câmara dos Deputados, numa discussão com um antagonista, porque acreditava vitalmente naquilo que pregava e defendia. De repente, o Oswaldo começou a aparecer menos, pois era suplente. Não sei por que o povo de Pernambuco não o sufragou, talvez por ser um homem pobre. Lembro-me de quando disputou com Almino Afonso a Liderança da Bancada do PTB na Câmara dos Deputados, já em Brasília, tendo conseguido, primeiro, derrotar o Almino, que depois também o derrotou. E as leis que foram elaboradas com ele na Liderança tiveram o toque do seu idealismo, porque o líder imprime o selo real naquilo que é feito pelo Poder. E o Poder onde ele pontificava e se destacava era o Poder Legislativo. Senador Mansueto de Lavor, toda morte que nos deixa perplexos e cheios de revolta. É inacreditável que o nosso Oswaldo tenha sido levado no sombrio coche dessa terrível senhora. Associo-me às palavras de V. Ex<sup>a</sup> em nome do meu Partido, Partido da Renovação Nacional – PRN, e solicito que V. Ex<sup>a</sup> transmita ao Estado de Pernambuco a certeza de que todo o meio político amazonense chora, deplora, constrange-se com o desaparecimento de Oswaldo Lima Filho. Oswaldo Lima Filho, decididamente, era o que se chamaría um imortal da política brasileira. Admira-me muito o fato de ele nunca ter sido eleito Governador do Estado de Pernambuco; é como aquele ditado que dizemos corriqueiramente: "Eu era feliz e não sabia". De repente, se abre ante os nossos olhos uma pergunta: por que Oswaldo não foi eleito, além do cargo de Ministro da Agricultura, a um posto de comando ainda mais expressivo quanto aquele de governar o grande Estado dos Guararapes? Aqui vai, nesse caudal de dor e de tristeza, mais uma pérola de saudade de um amigo, de um admirador, de uma pessoa que reconhece em Oswaldo Lima Filho a expressão do grande e verdadeiro político; este profissional e idealista que hoje em dia anda tão enxovalhado por aqueles que nada sabem quando falam, nada entendem de polí-

tica e nem de coisa nenhuma, porque depreciar um político é depreciar o Brasil, a sociedade, a comunidade e o próprio ser humano. Oswaldo Lima Filho partiu e leva com ele a admiração, a estima, a amizade fraterna, todos os bons votos dos seus companheiros daquela época, desta época e de toda a era política que tivemos ensejo de participar junto com ele. Transmitem por intermédio de V. Ex<sup>a</sup> ao povo pernambucano o orgulho que sempre tive em ser amigo e admirador sincero do nosso querido e sempre firme Oswaldo Lima Filho.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Senador Aureo Mello, nessa importante contribuição à homenagem que prestamos à memória do ex-Ministro e ex-Deputado, grande pernambucano e brasileiro Oswaldo Lima Filho, V. Ex<sup>a</sup> expressou muito bem o que se resume nesta palavra: surpresa. Todos nós fomos traídos pela surpresa com a morte de Oswaldo Lima Filho. Realmente, ele tinha problemas de saúde – tinha ponte de safena – e aqui e acolá ia a São Paulo. Apesar disso, possuía muita vitalidade, entusiasmo pela vida, pela luta em defesa dos princípios que o caracterizaram durante toda a atuação de sua vida pública extraordinária, a disposição de continuar na trincheira, como já disse aqui – citando o velho Ulysses Guimarães – "de não morrer de pijama." Oswaldo morreu fardado, tal como dizia Ulysses, não morreu de pijama.

Foi uma surpresa enorme e, ao mesmo tempo, um grande vazio, pois mais uma figura expressiva do porte de Ulysses, de outras grandes figuras se vai, deixando mais pobre ainda o cenário político brasileiro.

A terceira palavra a que V. Ex<sup>a</sup> se refere é assim quase um mea-culpa voltada para a vida. Por que um homem de tal porte, uma figura de tamanha expressão na vida política teve que viver os seus últimos anos sem um instrumento, sem uma posição à altura da sua luta e da sua estatura política? Ou seja, por que não galhou um posto tal como Governador de Pernambuco ou Senador da República? Amargou até a suplência de um mandato de Deputado Federal e depois uma derrota. V. Ex<sup>a</sup> até alude que talvez tenha sido porque não tivesse recurso suficiente, mas, Senador Aureo Mello, se o Deputado Oswaldo Lima Filho tivesse esse recurso, utilizá-lo-ia como instrumento ou degrau para galgar tribunas aqui nesta Casa? Não era do seu feitio.

S. Ex<sup>a</sup> era uma homem pobre, de classe média, um homem realmente modesto nos seus bens materiais, mas, com certeza, conhecendo-o como conheci o Deputado Oswaldo Lima Filho, se S. Ex<sup>a</sup> fosse um dos abastados do panorama econômico de Pernambuco, pertencesse aquelas elites econômicas, creio que talvez não fosse um daqueles que utilizasse ou abusasse do poder econômico para galgar cargos eletivos.

Basta ver que S. Ex<sup>a</sup> era descendente de um velho coronel arraigado às suas terras, aos seus redutos – e o reduto tradicional da sua família era Bom Jardim; quando se falava em Bom Jardim significava Oswaldo Lima Filho; quando se dizia Oswaldo Lima Filho, era o mesmo que se referir a Bom Jardim, que era o reduto de seu pai, do velho Coronel Oswaldo Lima –, mesmo assim o que ele fez? Jamais fugiu das suas origens, ou seja, enquanto ligado às suas fazendas, às suas terras, à sua cidade natal, origem dos seus pais, era, ao mesmo tempo, um batalhador da reforma agrária, de uma política fundiária que proporcionasse justiça, acesso à terra, uma reforma agrária justa e não quimérica, como muitos querem. Esse foi um dos seus principais temas na Assembléia Nacional Constituinte.

A sua origem rural, o fato de ser um proprietário rural, não o impedi de lutar pela reforma agrária e pouco se importava que o classificassem como um "dinossauro político", como alguém que estivesse ultrapassado, porque defendia, com unhas e dentes, o monopólio estatal do petróleo. A esse princípio não renunciaria.

Fora isso, conversávamos tudo com Oswaldo. Era uma figura extraordinária, aberto ao livre debate, democrático, compreensivo, desde que não tocássemos na Petrobrás, nos princípios nacionalistas que inspiraram a criação da Frente Parlamentar Nacionalista da época do Governo Goulart, porque aí se eriçava para a luta.

Passaram-se os anos e S. Ex<sup>a</sup> entendeu que também essa visão nacionalista precisava avançar, tanto que, na segunda versão da Frente Parlamentar Nacionalista II, criada agora, ele abriu horizontes. Não era aquele rigorismo do nacionalismo xenófobo, que talvez pervagasse as idéias daquela Frente I; essa agora, porém, era apenas uma defesa – que é de todo cidadão – dos interesses nacionais, mas, ao mesmo tempo, de diálogo, em busca de cooperação com outros países, principalmente na área econômica. Por isso é que o papel de Oswaldo Lima Filho na FAO, o órgão de alimentação e agricultura da ONU sediado em Roma, foi da maior importância, tendo em vista as propostas que ele apresentou nesse órgão, sobretudo no sentido da cooperação internacional.

Durante muitos anos, Oswaldo Lima Filho defendeu o nosso PMDB, sendo ele um dos co-fundadores do nosso partido em nível nacional e estadual.

Antes de conceder o aparte ao nobre Senador Ronan Tito, eu o concederei ao Senador Mauro Benevides, eminente Líder do nosso PMDB, que já o havia solicitado anteriormente.

**O Sr. Mauro Benevides** – Nobre Senador Mansueto de Lavor, V. Ex<sup>a</sup>, ao homenagear neste instante o extraordinário homem público e Parlamentar que foi Oswaldo Lima Filho, pode fazê-lo em nome da nossa Bancada. Até me arriscaria a dizer que V. Ex<sup>a</sup> poderia fazê-lo em nome do Senado Federal, já que o ilustre pernambucano, agora desaparecido, foi um homem que se identificou admiravelmente com o Congresso brasileiro, com as grandes lutas travadas ao longo do tempo, muitas das quais V. Ex<sup>a</sup> relembrara, principalmente aquelas que tinham um teor nacionalista acentuado, como a defesa da PETROBRÁS. Enfim, todo aquele repositório de idéias, de princípios, de diretrizes que sinalizaram o trabalho notável realizado por Oswaldo Lima Filho durante a sua profícua existência. Nesta tarde, a intervenção do nobre Senador Aureo Mello foi marcada, sobretudo, pela relembrança de passagens inesquecíveis da vida de Oswaldo Lima Filho. Mas eu me permitiria destacar dois momentos: primeiro, aquele da minha apresentação a Oswaldo Lima Filho por um companheiro seu de PTB, que foi o meu suplente na disputa pelo Senado em 1964: o também saudoso Oziris Pontes. Foi Oziris que me aproximou de Oswaldo Lima Filho, eu Deputado Estadual, candidato ao Senado nessa ocasião. Oswaldo se dispôs a ir ao Ceará onde participou de um programa de televisão. Nessa época, outras pessoas que não os candidatos podiam comparecer ao vídeo. Pelo menos no Ceará, não havia ainda essas produtoras, de sorte que os candidatos e os seus convidados podiam falar abertamente sem nenhum constrangimento, podiam falar mesmo *currente calamo*. Era assim a figura admirável do nosso saudoso Oswaldo Lima Filho. A outra vez que fez com que eu me identificasse muito com Oswaldo Lima Filho foi no gabinete do PMDB, quando ali se encontrava, dirigindo com aprumo e clarividência invejáveis os destinos da nossa agremiação, o Presidente Ulysses Guimarães. Em uma tarde mordorenta aqui em Brasília, sem nenhum fato político de realce que merecesse uma discussão mais aprofundada, Oswaldo Lima Filho chegou ao gabinete de Ulysses Guimarães para trazer com sua palavra fluente, com a sua simpatia esfuziante, algo que significou para Ulysses e para mim, nesse momento, um toque de motivação a mais para que prosseguíssemos na vida pública – o grande Ulysses defendendo teses excepcionais para o povo brasileiro, e eu, na modestia da minha atuação, defendendo aqueles interesses regionais com que se identificam V. Ex<sup>a</sup>, Oswaldo Lima Filho, enfim, nós

nordestinos que nos acostumamos a sofrer, a padecer e, sobretudo, a enfrentar as incompreensões do poder central. Neste instante em que intervenho no brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>, brilhante e pesaroso discurso marcado pela compunção da perda de um grande amigo, desejo levar a minha solidariedade ao povo pernambucano que V. Ex<sup>a</sup> representa nesta Casa. Essa homenagem, V. Ex<sup>a</sup> pode fazê-la em nome da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Senador Mauro Benevides, agradeço a manifestação que V. Ex<sup>a</sup> faz em nome da nossa Bancada do PMDB, Partido a que por tantos anos pertenceu o Deputado Oswaldo Lima Filho, alguém que se ligou a essas lutas em favor das causas melhores e elevadas da nossa região e do nosso País, sobretudo as propostas nacionalistas, no verdadeiro sentido da palavra, defendidas até os últimos dias da sua vida. Obrigado, eminente Líder.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** – Nobre Senador Mansueto de Lavor, ao ouvir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, tive um susto muito grande, porque não sabia do passamento do nosso querido colega Oswaldo Lima Filho. Fazendo agora também uma breve retrospecção do relacionamento que tive com o ilustre parlamentar e ex-ministro, vejo em quantas coisas nós somamos. Por um lado, achamos a sua morte prematura – ele ainda estava forte. Mas, por outro lado, fico pensando que Oswaldo Lima Filho produziu muito, deu um testemunho de vida muito bonito, lutou sempre pelos seus ideais, por aquilo em que acreditava. Fomos colegas na Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Era impossível falar no tema reforma agrária sem ouvir o Deputado Oswaldo Lima Filho falar de sua experiência prática, inclusive como Ministro da Agricultura ao tempo de João Goulart. Quanto ao nacionalismo, ele inclusive dirigiu a Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso Nacional, a qual me filiei. Contudo, fica aquela saudade que temos desses combatentes que têm um ideal, um propósito de luta. Que o seu exemplo sirva de inspiração para os jovens pernambucanos e brasileiros. Vale a pena lutar. Penso que valeu a pena a luta de Oswaldo Lima Filho. Se fizermos um balanço da vida das pessoas, a exemplo do que se faz na contabilidade, pode ser até que se diga: bom, mas será que venceu isso ou aquilo? A luta se justifica pela luta quando se acredita em um ideal. E valeu a pena para mim como Parlamentar, como mineiro, conviver com Oswaldo Lima Filho. Aprendi muito dele. É claro que tivemos discussões violentas quanto a determinados pontos, mas concordamos plenamente em outros. Quanto à reforma agrária, não me lembro de termos tido discordâncias; no nacionalismo, sim, tivemos algumas. Mas eu até diria que a nossa amizade e o meu respeito pela figura de Oswaldo Lima Filho tenham crescido justamente nesses momentos em que discordamos. Que firmeza! Que altitude! Que determinação! Só os verdadeiros idealistas podem assumir a postura que ele sempre assumiu aqui dentro: não tinha vergonha das suas idéias, e, sim, orgulho; não tinha descanso, lutava sempre. Esta Casa perdeu um dos seus grandes Parlamentares, e eu perdi um colega; mais do que isso, perdi um amigo, um inspirador. Por isso peço que leve ao povo de Pernambuco um grande abraço. Oswaldo Lima Filho cumpriu sua tarefa, lutou bravamente. Que os jovens, nesta corrida de bastão que é nossa vida, a vida de um país, a vida de uma nação, que se constrói através dos tempos, não deixem o bastão de Oswaldo Lima Filho cair. Conclame, nobre Senador, os jovens de Pernambuco a seguir o exemplo desse homem, lutando pelos seus ideais. Para mim, valeu a pena ter sido colega de Oswaldo Lima Filho. Tenho certeza de que, para o Brasil, a sua vida não foi, de maneira nenhuma, uma página em branco; muito ao contrário, foi uma página de luta, uma página de muita controvérsia – graças a

Deus. Sim, porque, quando todos concordamos, alguma coisa vai mal. Por isso a luta dele foi profícua. Em seu epitáfio, poder-se-ia escrever tranquilmente: valeu a pena ter passado por Pernambuco, pelo Brasil, Oswaldo Lima Filho.

**O SR. MANSUETO DE LAVOR** – Muito obrigado, Senador Ronan Tito. Sua contribuição a este registro em memória do grande pernambucano Oswaldo Lima Filho é da maior importância e até nos toca mais de perto.

V. Ex<sup>a</sup> me faz lembrar dois pensamentos vindos de fontes diferentes, mas bem unidas. Quando V. Ex<sup>a</sup> se referiu ao amigo Oswaldo Lima Filho, lembrei-me desta expressão que Thomas Merton gostava de usar: "Deus me livre do amigo que sempre discorda de mim, mas Deus me livre mais ainda do amigo que sempre concorda comigo." Esse era o tipo de Oswaldo Lima Filho. Às vezes, quando conversávamos com ele no maior entusiasmo, defendendo pontos de vista comuns, de repente, ele dizia: "Não, afi eu não estou. Me desculpe, mas não vou nesse caminho." Mas continuávamos amigos, isto é que é importante.

O outro é aquele velho pensamento haurido da fonte que V. Ex<sup>a</sup> costuma citar, o Evangelho, que diz que a morte não é um fim, mas um começo. A morte de Oswaldo Lima Filho tem de ser um começo para todos nós, isto é, o seu exemplo, conforme frisou o Senador Aureo Mello, deve ser destacado mais ainda neste momento em que há uma crise real de valores. Entretanto, esses valores estão latentes; apenas não existe motivação suficiente para que venham à tona do processo que aí está, um processo riquíssimo no qual depositamos grande esperança. Por isso, a contribuição de Oswaldo Lima Filho, longe de cessar com a sua morte, deverá intensificar-se a partir de agora em Pernambuco, no Parlamento brasileiro e em todo o País.

Na última vez em que nos encontramos, há aproximadamente quinze dias, discutimos a respeito do futuro político de Pernambuco, entre outros assuntos, e Oswaldo Lima Filho falou com muito entusiasmo sobre um livro que ele iria lançar no dia 11 ou 12 deste mês, cujo título é "Política Brasileira de 1943/1993 – Uma Visão Nacionalista". Vamos esperar, com ansiedade, esse livro, que se torna agora um testamento político do Deputado Oswaldo Lima Filho.

Oswaldo Lima Filho fez uma homenagem a Frei Caneca em artigo publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 8 de novembro, dois dias antes do seu falecimento, que pedi fosse transscrito nos Anais do Senado no dia seguinte, portanto, na véspera de sua morte. Nesse artigo, Oswaldo Lima Filho dizia que, se estivesse vivo, certamente Frei Caneca seria contra o neoliberalismo, pautado todo nessa nova política de austeridade ou de recuperação do equilíbrio econômico da América Latina – Brasil, Argentina, México, Chile, etc. Ele diz que, mais do que nunca, é preciso reavivar a memória de Frei Caneca; e pede a Miguel Arraes, Governador eleito de Pernambuco, que invocou o exemplo de Frei Caneca nos discursos de campanha, que promova por diversos meios o culto da memória desse grande homem, seja republicando seus livros, seja instalando seu retrato nas escolas ou erigindo um monumento no local do seu sacrifício. Como afirmou o ensaísta Franklin de Oliveira, "os povos que não cultuam sua história são obrigados a vivê-la novamente".

A mesma proposta que Oswaldo Lima Filho faz a respeito de Frei Caneca, ele que era um discípulo das idéias libertárias, democráticas, nacionalistas de Frei Caneca, ele também a merece agora, assim como merece que lhe sejam atribuídos os mesmos versos, de autoria de Frei Caneca, que ele reproduz, como um *leitmotiv*, em seu artigo – e com os quais encerro o meu pronunciamento:

O patriota não morre,

vive além da eternidade,  
sua glória, seu renome,  
são troféus da humanidade.  
Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.*

*Durante o discurso do Sr. Mansueto de Lavor, o Sr. Jacques Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aureo Mello.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aureo Mello) – Concedo a palavra ao nobre Líder Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, ao iniciar-se a presente sessão, o nobre Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy, ocupou a tribuna e, com o brilho habitual, se reportou às eleições realizadas ontem, em segundo turno, em todo o País, mencionando, de forma explícita, a vitória de dois candidatos da sua legenda: o Governador de Brasília e o do Espírito Santo.

Neste instante, Sr. Presidente, desejo contar com a atenção dos Srs. Senadores para realçar a performance do meu Partido, o PMDB, durante as eleições que, no dia de ontem, tiveram lugar em 17 Unidades Federativas e aqui na Capital da República.

Naturalmente, ao fazê-lo, teria de rejubilar-me com a vitória de seis companheiros da maior expressão nos quadros partidários e identificados com as causas coletivas. São eles: Antônio Britto, no Rio Grande do Sul; Paulo Afonso Vieira, em Santa Catarina; Francisco Moraes de Souza, o popular "Mão Santa", no Piauí; Maguito Vilela, em Goiás; Valdir Raupp, em Rondônia; e o nosso Colega de Bancada no Senado Federal Antonio Mariz, que terá a imensa responsabilidade de dirigir os destinos da gloriosa Paraíba.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, esses seis companheiros somar-se-ão a três outros igualmente prestigiosos: Senador Garibaldi Alves Filho, que se elegeu Governador do Rio Grande do Norte no primeiro turno; Senador Wilson Martins, preferido pelo povo do seu Estado, Mato Grosso do Sul; e nosso Colega Senador Divaldo Surugay, que, com votação proporcionalmente extraordinária, elegeu-se Governador do Estado de Alagoas no primeiro turno.

Portanto, o PMDB contribui com nove novos Governadores, para, no contexto da vida pública brasileira, pugnarem, de forma infatigável, pelo desenvolvimento dessas Unidades Federativas e para, sobretudo, numa visão mais globalizada, trabalharem em favor do desenvolvimento nacional.

Se nos reportarmos à vida pública de cada um dos Governadores agora escolhidos, vamos encontrar, por exemplo, Antônio Britto, que desempenhou, de forma exemplar, a função de Ministro da Previdência, projetando-se como um administrador dos mais probos e competentes; em Santa Catarina, uma jovem liderança, como Paulo Afonso Vieira, que disputou com aquela brava Parlamentar, a Deputada Ângela Amin, voto por voto, a preferência do povo catarinense.

No Piauí, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> bem o sabe, o eleitorado preferiu um líder popular autêntico, com um acervo imenso de serviços prestados ao povo daquele Estado nordestino, o médico Francisco Moraes de Souza, o conhecido Mão Santa, que surpreendeu os círculos políticos nacionais, garantindo uma posição muito boa no primeiro turno e, agora, a vitória consagradora no segundo turno, ontem realizado em várias Unidades da Federação.

Além deles, aqui em Goiás, no Centro-Oeste, o jovem vice-Governador Maguito Vilela, que exercera também o mandato de Deputado Federal, foi o preferido do povo de Goiás, disputando –

ali também – com uma mulher notável, a Deputada Lúcia Vânia, que, transmitindo mensagem modernizante, capitalizou um contingente expressivo de votos na disputa realizada durante o dia de ontem.

Eu teria que mencionar, de forma particular, a figura extraordinária do Senador Antonio Mariz, candidato ao Governo da Paraíba, que, inicialmente, sendo desfavorecido por pesquisas que então se anunciavam, superou-as com sua pregação, sua mensagem, suas idéias e, sobretudo, com a sua conduta ilibada na vida pública brasileira, elegendo-se ontem magistralmente. O Estado da Paraíba já projetara nacionalmente essa grande figura de homem público, que é o Senador Humecto Lucerna, Presidente do Senado e do Congresso e uma das legendas do nosso Partido, pela sua tenacidade, obstinação, competência e, sobretudo, pelo seu espírito público, que aqui e ali se pretende atingir. Mas S. Ex<sup>a</sup> paira acima de todas essas incrépitudes insidiosas, para trazer, novamente, mais um mandato de Senador e colaborar, decididamente, para que Antonio Mariz realize uma administração das mais fecundas à frente do Estado da Paraíba.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Aureo Mello, não poderia dispensar-me, como Líder do PMDB, de vir à tribuna do Senado, na tarde de hoje, para ressaltar este feito significativo: o PMDB contribuindo para a vida pública brasileira com Governadores de Estado; são nove companheiros dos mais ilustres, nos quais depositamos as nossas esperanças de que realizem um trabalho promissor em favor das respectivas comunidades.

**O Sr. Ronan Tito** – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, nobre Senador Ronan Tito.

**O Sr. Ronan Tito** – Caro Líder, nobre Senador Mauro Benevides, dia de eleição é dia de festa. Muitas vezes, no Congresso, vejo membros da imprensa à cata de notícias. E eles têm razão de vir buscá-las aqui. V. Ex<sup>a</sup> já observou como os jornais são insípidos nos recessos parlamentares? O Congresso é que lhes dá tempo. Mas, às vezes, o jornalista vem questionar por que não tem quorum e onde estão os Parlamentares. Para a democracia, não existe nada mais importante – perdoe-me por ser agora o profeta do óbvio – do que a eleição. E o povo? O povo, muitas vezes sem erudição, pois não teve oportunidade porque o Estado lhe negou acesso maior às escolas, no entanto, na sua sabedoria extraordinária, em cada eleição nos dá uma lição. Nós, do PMDB, Líder Senador Mauro Benevides, temos a obrigação de nos sentarmos agora; auscultamos o povo e fazermos como o índio no *Canto do Guerreiro*, de Gonçalves Dias: colocarmos nossos ouvidos não no chão, como o índio fazia para ouvir o tropel, mas no peito do povo. Houve alguns fatos que, de maneira nenhuma, engrandecem a democracia. O Presidente da República, que deveria ser um magistrado presidente destas eleições, como foi no caso do Estado que V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem aqui, neste Parlamento, lançou dois ministros da maior importância, sacou-os do seu Estado para produzir lá uma eleição ao seu gosto e ao seu paladar. Tivemos algumas coisas ainda a lamentar, como por exemplo o derrame de recursos na Paraíba. V. Ex<sup>a</sup> acaba de falar do nosso colega Humecto Lucerna, que, massacrado pelo poder econômico, mesmo assim, ao final teve sua vitória. Houve uma denúncia sobre a utilização das publicações do Senado Federal, como se isso fosse da esfera da Justiça e não do Poder Legislativo. O Poder Legislativo é que determina o que pode, o que deve e o que não deve ser impresso no seu Poder, neste que é o Poder maior da democracia. Temos a obrigação de nos sentarmos – já militarmos há muitos anos, desde o antigo MDB – para auscultar novamente o povo. O PMDB tem uma obrigação muito grande para com o povo brasileiro – talvez, mercê da sua história, de seus sofrimentos, de lutas do passado;

quem sabe, em razão, também, da sua luta diurna para a construção do estado democrático que, muitas vezes, pretendem os intelectuais desconhecer, mas o qual o povo, na hora "h", reconhece. Veja V. Ex<sup>a</sup> o resultado desta eleição. O PMDB teve contra ele um plano, sacado de última hora, que estava pronto em junho do ano passado, quando a inflação estava em torno de 27%. A revista *IstoÉ* disse: "O Plano está pronto! Irá ser colocado agora ou às vésperas das eleições." Foi o que aconteceu. Sem dúvida nenhuma, o plano produziu um resultado eleitoral e não tivemos uma oportunidade; não estávamos casados com o plano. Então, na eleição para Presidente da República, tivemos uma frustração muito grande, embora houvessemos apresentado, sem dúvida alguma, o melhor candidato. Porque Orestes Quérzia fez de São Paulo o primeiro mundo, pelo seu trabalho e pela sua competência como administrador. Tivemos também a intromissão indevida – repito – da Procuradoria da República, que denunciou, às vésperas da eleição, um fato ocorrido há seis anos e meio. E depois de produzir o efeito político que produziu, o Tribunal foi então julgá-lo, e todos sabemos o resultado. Não havia substância na denúncia, mas a denúncia era política e produziu os efeitos políticos. Apesar de tudo, nobre Senador, fizemos, como disse muito bem V. Ex<sup>a</sup>, 09 governadores, 110 deputados federais e 21 ou 22 senadores. A responsabilidade do PMDB é muito grande diante da Nação. Por isso, creio que o nosso Presidente, o honrado Deputado Luiz Henrique, que teve uma votação consagradora no seu Estado e a vitória para Governador do Estado, vem engrandecido de lá. Deve convocar o PMDB, o seu Conselho Nacional, não só para decidir que caminho tomaremos, mas também para voltar, como disse, a colocar o ouvido no peito do povo brasileiro, para que possamos continuar a ser dignos da representação que o povo brasileiro nos confere. O PMDB saiu enriquecido e engrandecido, apesar de todos os pesares. E isso deve-se, sem dúvida alguma, ao trabalho do seu diretório, da sua executiva e da sua bancada no Congresso Nacional. Há homens como V. Ex<sup>a</sup> liderando a bancada, colocando o PMDB numa posição de independência e de seriedade, mas numa posição sempre de debater, de discutir, de ouvir e de colaborar com aquelas coisas de maior interesse para o País. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> é um desses pilares sobre o qual se assenta o PMDB; por isso, parte dessa vitória pertence a todos nós do PMDB, mas V. Ex<sup>a</sup> merece um quinhão maior.

**O SR. MAURO BENEVIDES** – Muito grato a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ronan Tito, pelo seu aparte, sobretudo pelas abalizadas considerações que teceu em torno da realidade política brasileira e da presença marcante do nosso Partido, o PMDB, que, mesmo diante do malogro da campanha presidencial, quando o nosso candidato Orestes Quérzia se posicionou eleitoralmente muito aquém da densidade política do nosso Partido e do seu prestígio pessoal, mesmo assim, o PMDB conseguiu eleger a maior bancada na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e, agora, se apresenta com nove governadores de Estado, todos dispostos a defender as teses do nosso Partido e, acima delas, os interesses do povo brasileiro.

Estou absolutamente certo de que a minha presença neste instante, nesta tribuna – tribuna que tantas e seguidas vezes ocupei, a partir de 1975, quando aqui cheguei naquela leva de Senadores que traziam consigo o compromisso maior, que era o de batalhar pelo restabelecimento da normalidade político-institucional no País; nós que tivemos realmente o privilégio de assistir nesta Casa, pontificar naquela tribuna, um líder do estofo moral e da grandeza humana inexcedível de Paulo Brossard, agora mesmo aposentado no Supremo Tribunal Federal; quando ouvimos Marcos Freire; quando ouvimos tantas outras figuras de expressão, inclusive o Presidente Itamar Franco, pois subimos juntos a rampa do Congresso Nacional naquele 1º de fevereiro de 1975 –, é exata-

mente para render homenagem àqueles que, ao longo do tempo, ajudaram a construir esse MDB, o MDB de ontem que é o PMDB de hoje. Sobretudo, aquele homem que, não estando mais entre nós, continua ser para os peemedebistas uma permanente inspiração, que é o grande Ulysses Guimarães, ao lado de quem enfrentei tantas batalhas: na Comissão Executiva Nacional, eu como Tesoureiro do Partido e ele como Presidente da agremiação; na Assembléia Nacional Constituinte, ele Presidente e eu como um modesto 1º Vice-Presidente.

Lembro-me, ainda, Presidente Aureo Mello, que nessa cadeira à esquerda de V. Ex<sup>a</sup>, quando aqui se apreciava a Proposta de Emenda constitucional originária da Câmara dos Deputados, instituindo o Parlamentarismo no país, quis homenagear, na singeleza de um convite, ao cair da tarde de uma sessão desta Casa, o nosso Presidente Ulysses Guimarães, para que tomasse assento à Mesa e, na simplicidade daquela homenagem, nós pudéssemos reverenciar a sua luta, o seu trabalho obstinado, a sua atuação brilhante em 40 anos de vida pública neste País.

Portanto, neste instante, quero reportar-me a este fato, à eleição de seis governadores do PMDB, ontem, naquela competição renhida, assistida, projetada pela televisão. Esses seis se somarão aos três já eleitos no primeiro turno, representando, portanto, nove governadores, que, certamente, estarão sempre posicionados para servir às grandes causas nacionais. A todos eles, Sr. Presidente, e sobretudo ao povo dos respectivos Estados, a homenagem que presto neste instante como Líder do PMDB no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Aureo Mello) – A Mesa se associa plenamente às palavras de V. Ex<sup>a</sup>, bem como às palavras proferidas pelo Senador Mansueto de Lavor a respeito do passamento do nobre Deputado Oswaldo Lima Filho. (Pausa.)

A Presidência dispensa na presente sessão o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Volta-se à lista de oradores.

Concede a palavra ao eminentíssimo Senador Ronan Tito.

**O SR. RONAN TITO** (PMDB-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs<sup>a</sup>s Senadores, toda vez que ficamos por um período muito longo, aqui, no plenário do Congresso Nacional, ou do Senado Federal, corremos o risco de proferirmos discursos, às vezes, bonitos, profundos e bem estudados, mas também podemos correr o risco de divorciarmo-nos de nossa realidade.

Estou vindo das bases. Minha região é agrícola, e a grita dos agricultores é muito grande, não só pelo retardamento da estação chuvosa, mas também pela questão do atraso na liberação dos recursos de custeio para o plantio. Já está virando lugar comum, neste País, cada vez que os nossos técnicos, que alguns chamam de tecnocratas, outros, pedantocratas, esboçam um projeto muito bonito, recheado de números, baseado no tecnicismo da questão da base monetária, expansão da moeda, expansão de compra, tentando conter a questão do ímpeto das compras, inicialmente, para seca ou diminuir a base monetária.

Antes de vir para cá, tive o cuidado de dar uma estudada na base monetária de junho até hoje e constatei que não houve, Sr. Presidente, nenhum aumento substancial da base monetária. Não acredito que, mesmo que as autoridades, neste instante, determinassem a liberação de recursos para financiamentos agrícolas, essa expansão pudesse chegar ao ponto de trazer aquilo que os economistas, normalmente, chamam de água, muita água na base monetária, ou seja, base monetária úmida.

Conversando com pessoas do Banco do Brasil, o agente financeiro deste País para a questão da agricultura do Centro-Sul,

pois que não dispomos do Banco do Nordeste nem do BASA no Centro-Sul, cheguei a uma conclusão pessoal – e posso até estar enganado: até agora não foram liberados 25% do total prometido por S. Ex<sup>a</sup> para esse ano agrícola.

Disse o Senador Fernando Henrique Cardoso, agora eleito Presidente da República, que uma das Pastas mais importantes do seu Governo será a da Agricultura. Todavia, a continuar a torneira de financiamentos para a nossa agricultura da maneira que está, pingando para não dizer secando, eu poderia dizer que o Ministro da Agricultura do próximo Governo terá que administrar novamente importação de produtos primários, cesta básica, que temos condição sobreja de produzir sem concorrência com qualquer país do mundo; porém, precisamos de um insumo extraordinário, que é o recurso para o plantio na data certa. Houve um atraso na estação chuvosa. Vamos ver se as autoridades, agora, sensibilizadas com isso, liberam algum recurso – e repito: até agora não chegamos a 25% da quantia determinada pelas autoridades monetárias, que seriam suficientes para o financiamento, ou o plantio, ou o custeio da nossa safra. Se conversarmos com um diretor do Banco do Brasil ou mesmo com um técnico da Receita ou do Ministério da Fazenda, eles irão afirmar que todos os microprodutores já foram atendidos.

Primeiro, os microprodutores, neste País, são muito poucos, pois já foram praticamente dizimados por essa política suicida que tivemos em um passado recente. O golpe final foi dado no chamado Plano Collor II, quando os tecnocratas novamente realinharam os débitos dos agricultores com a correção plena de 73,22%, e a correção do preço mínimo foi para 42%. Nesse período, já tínhamos uma defasagem de 30%. Isso não só descapitalizou a agricultura, como também acabou com os microprodutores.

Gostaria, portanto, de esclarecer a V. Ex<sup>a</sup>s o que é o microagricultor ou o microprodutor.

Para mim não é micro, mas mico, visto que a situação em que se encontram os nossos microprodutores é para morrer de fome e de raiva. Os nobres Senadores Mauro Benevides e Carlos Patrocínio não serão capazes de me informar, de pronto, qual o limite para que o produtor seja classificado como micro, ou seja, qual o valor da sua produção. O indivíduo que produzir R\$ 18.001 (dezoito mil e um reais) já é considerado um médio produtor. Quer dizer, o sujeito que tiver uma cabra e ordenhá-la toda manhã, durante um ano, terá uma produção superior a esse valor. Assim sendo, não poderá ter seu financiamento atendido.

Certa vez, na Comissão de Assuntos Econômicos, houve um debate muito desagradável com alguns Parlamentares desta Casa e com o Líder do Governo, Senador Pedro Simon, meu Colega de Bancada e amigo pessoal. S. Ex<sup>a</sup> indagou-me que tipo de agricultor estaria eu defendendo.

No Brasil, não sei se por invenção da política ou da mídia, existe uma certa louvação ao pobre, ao pequeno, uma exaltação dos derrotados e, principalmente, dos fracassados. Ao contrário de outras nações, onde os seus heróis são exaltados justamente porque fizeram grandes coisas, aqui, por exemplo, ser o maior produtor de soja do mundo, ao invés de ser um galardão, na verdade, fere alguns brasileiros.

Até brinquei com o Senador Pedro Simon, na época, afirmando que o problema, então, não é o que se produz, mas o quanto se produz. Assim sendo, o microprodutor de maconha deve ser apoiado, enquanto o grande produtor de feijão e arroz deve ser eliminado. Será que cada um de nós, que ainda temos o hábito de comer, antes de colocar o arroz, o feijão, o ovo e a carne no prato, vamos questionar se a origem do alimento advém de um grande, médio ou microprodutor? Porque, se for de um grande produtor, não iremos comer. Que balela! Isso é inaceitável.

Nobres Senadores, o que a Europa gasta em subsídios à agricultura para manter aqueles homens no campo ascende à cifra de US\$ 332 bilhões. Ninguém é capaz de me informar quais são e em quanto montam os subsídios à agricultura nos Estados Unidos da América, que abrange até o óleo diesel, a energia elétrica, tudo que é utilizado pelos agricultores. Em nosso País, a agricultura é penalizada. Se o atrevido do agricultor ousar se transformar em grande produtor, ele é visto como um pária.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ouvi ainda há pouco do Senador Mansueto de Lavor que um povo que não cultiva a sua História tende a repetir os seus próprios erros. Em todos os planos neste País, elaborados pelos nossos tecnocratas, há uma política eminentemente monetarista. Deixam de liberar recursos para a agricultura e, em seguida, ocorre a importação de alimentos, escândalos e uma CPI, esta constituída para saber quais as pessoas que se locupletaram com essa importação. Quantas vezes o Senador Mauro Benevides já viu isso, nesta Casa? Quantas vezes já participei disso aqui? Mas que repetimento bisonho, Sr. Presidente!

Senhor Presidente da República, Sr. Presidente do Banco do Brasil, Sr. Ministro da Fazenda – aliás, toda vez que vejo esse Ministro da Fazenda falar, tenho a impressão de que não é ele quem está falando, pois parece um boneco de ventríloquo –, é hora de plantar, o tempo não espera. Ou liberamos os recursos para os agricultores descapitalizados ou não teremos o que comer. Depois, a fome grassa e vamos ter, então, os caridosos para importar alimentos e distribuir cestas. **Quousque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?** Até quando, Catilina, vamos agüentar ver este filme? Já vi esse filme dezenas de vezes, Sr. Presidente. Não gosto nem da primeira; agora, ficar assistindo a repetições bisonhas e aos mesmos discursos enfadonhos desses pedantocratas metidos a "Phdeuses"... pelo amor de Deus!

O Sr. Carlos Patrocínio – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. RONAN TITO – Com muita honra, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Mauro Benevides – Antes de V. Ex<sup>a</sup> conceder o aparte ao nobre Senador Carlos Patrocínio, permita-me dizer que V. Ex<sup>a</sup> poderia prosseguir na catilinária e chegaria à frase seguinte: "Até quando, Catilina, esse teu furor vai nos iludir"?

O Sr. Carlos Patrocínio – Nobre Senador Ronan Tito, V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, fere um assunto de importância fundamental para o desenvolvimento de nosso País. Ainda há pouco, assistimos e participamos da pugna para eleição do Presidente da República, que escolheu como símbolo de sua campanha os cinco dedos, dos quais um representava a sua grande meta de Governo, que é a agricultura. Penso que esse Governo que deverá se instalar no próximo dia 1º de janeiro de 1995, entrosado como está com o atual ocupante do Palácio do Planalto, efetivamente já deveria ter tomado providências no que concerne aos recursos destinados à agricultura. V. Ex<sup>a</sup>, convededor profundo da matéria, esclarece que até agora ainda não foi repassado mais do que um quarto daqueles 25% propostos para a agricultura. Não sei se São Pedro está ajudando, mas me parece que sim, pois até agora o período de precipitação das chuvas não começou e, portanto, ainda há tempo para se plantar neste País. Mas o Governo descobriu que, mais uma vez, não possui os recursos que gostaria de destinar à agricultura, e está tentando utilizar os recursos do tão famoso FAT, que tem servido para tantas coisas neste País, inclusive para pagar hospitais conveniados, que passam 2, 3 e até 4 meses sem receber, e assim por diante, nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO – E para financiar grandes empresários a juros subsidiados.

O Sr. Carlos Patrocínio – Entendemos que um país com as características do Brasil só poderá desenvolver-se através da

agricultura, através de grande produção de alimentos. Temos como exemplo disto outras nações, como a China, os Estados Unidos e a ex-União Soviética. Além disso, paralelamente à destinação dos recursos devidos à agricultura, temos que resolver, de uma vez por todas, o problema da política agrícola em nosso País, que não existe. Creio que está no Senado Federal o tão propalado e discutido Decreto Legislativo nº 383, e talvez o Senado Federal esteja perdendo uma boa oportunidade de discutir isso, de apertar o Governo e de procurar implantar de uma vez por todas uma política consentânea com as necessidades do nosso País, ou seja, que subsidie, dentro das nossas possibilidades, a agricultura. O Governo que deverá tomar posse está alardeando que vai haver toda a condição necessária para que possamos colher noventa milhões de toneladas de grãos. Devido ao atraso no repasse dos recursos, já está chegando à conclusão de que não serão noventa milhões de toneladas, serão, quem sabe, oitenta milhões de toneladas de grãos. Mas não estou vendo ninguém plantar. Além do mais, nobre Senador Ronan Tito, existe agora o CADIN, do Banco Central ou do Banco do Brasil, que é o cadastro daqueles que estão inadimplentes com o Banco. E ali estão inseridos muitos dos produtores rurais, quer grandes, quer médios, quer pequenos – como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, é difícil até estabelecer os parâmetros para dizer quem é médio, quem é pequeno, porque o pequeno, então, parece nem existir. Há agora esse famigerado CADIN, e quando os recursos saem o cidadão não pode ter acesso a eles, porque as instituições de crédito do nosso País destinadas principalmente à agricultura não podem repassá-los aos inadimplentes do setor rural, que são quase todos. Estamos, nobre Senador Ronan Tito, mais uma vez vendo passar o tempo do plantio. Parece que São Pedro está ajudando o Brasil, está esperando, porque o tempo das chuvas ainda não chegou no Brasil todo; o meu Estado, por exemplo, tem uma precipitação regular, é um Estado onde chove muito; chuva, graças a Deus, nunca foi problema para nós, mas este ano ainda não choveu lá; quem vai plantar está com a terra preparada esperando exatamente a chuva. Portanto, V. Ex<sup>a</sup>, que durante todo o seu mandato procurou trabalhar com denodo em prol da agricultura brasileira, em prol dos trabalhadores do campo, mais uma vez fere e chama a atenção para um aspecto de transcendental importância: é necessário que o Governo de Itamar Franco ainda possa arranjar recursos do FAT, ou de onde quer que seja, que o Banco do Brasil encontre uma maneira de fazer com que os agricultores brasileiros, os produtores do campo, em nosso País, possam sair desse incômodo cadastro de inadimplência. Acredito, nobre Senador Ronan Tito, que o momento é muito importante na vida do Brasil. Estamos saindo de uma eleição e aqueles que mais conhecem a história da República, os planos que já foram implantados em nosso País, como V. Ex<sup>a</sup>, sabem que nunca houve tão grande oportunidade de se fazer um bom Governo, de se consertar o Brasil de uma vez por todas. O Presidente Fernando Henrique Cardoso ganhou as eleições no 1º turno, e, agora, foram eleitos cinco Governadores umbilicalmente ligados a S. Ex<sup>a</sup>, porque do PSDB; e quase todos os outros Governadores eleitos em nosso País, como, por exemplo, o do Estado de Tocantins, deram apoio a Fernando Henrique Cardoso. Então, há um campo muito vasto e fértil onde se poderá resolver esses problemas que vêm atormentado principalmente a classe mais sofrida do nosso País. Temos que pensar que chegou a vez da agricultura. Mas não tenho visto, na chamada equipe econômica do Presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, alguém que seja muito simpático à agricultura. Não tenho ouvido dizer qual será o provável Ministro da Agricultura do nosso País; quero acreditar que esse homem terá muita vontade de fazer com que, efetivamente, este Brasil produza. Portanto, Senador Ronan Tito, receba os meus cumprimentos pelo assunto, muito oportuno, trazido a debate por

V. Ex<sup>a</sup> nesta quarta-feira, no Plenário do Senado Federal. Esperamos que Deus ilumine as mentes dos nossos futuros mandatários, para que, de uma vez por todas, a agricultura seja olhada com o devido respeito em nosso País.

**O SR. RONAN TITO** – Agradeço o seu rico aparte, nobre Senador Carlos Patrocínio. V. Ex<sup>a</sup> tocou a corda fundamental do assunto quando disse que este País não tem uma política agrícola.

Ele não tem política agrícola, não tem política agrária. Por isso, às vésperas de todas as safras ouvimos dizer que "o Governo vai liberar recursos para a agricultura". Por que o Governo tem que liberar recursos? Porque não existe no Orçamento, na política agrícola, uma parcela destinada a isso.

Senador Carlos Patrocínio, V. Ex<sup>a</sup> possivelmente já ouviu centenas de vezes, nos meios de comunicação, que o Governo vai liberar recursos para a agricultura. Mas nunca ouviu dizer que os agricultores estão pagando.

Na verdade, a liberação dos recursos se faz por um tempo muito pequeno, porque a agricultura ainda é a indústria mais rápida, a que tem o ciclo mais rápido – com seis meses, obtém-se resultado.

Senador Carlos Patrocínio, V. Ex<sup>a</sup> pode observar, pode comparar os números. V. Ex<sup>a</sup> vai verificar que cada vez que se liberam recursos – não sei quanto, digamos que 2 ou 3 bilhões de reais – para a agricultura, eles retornam em forma de produção, acrescidos sempre de 20 a 25% da liberação inicial. Mas nunca ninguém diz que os agricultores estão pagando absolutamente em dia e, por isso, o dinheiro está à disposição deles. Isso, porque não há política agrícola, não há um fundo para a agricultura neste País. Então, ficamos vivendo da generosidade espasmódica dos governos. Aliás, a palavra espasmo serve bem para definir a situação do Brasil, que vive espasmos de crescimento, espasmos de recessão, espasmos de inflação, espasmos de contenção. Temos de parar com isso, Sr. Presidente. Precisamos institucionalizar o País, organizá-lo, ter planos para ele.

Outro dia, alguém comentou comigo: "Justiça seja feita, você não quis se candidatar e tem toda a razão de não fazê-lo, porque, na verdade, o Congresso Nacional rendeu muito pouco." Como funciona o Congresso Nacional em qualquer país presidencialista? Da seguinte maneira: o presidente tem um projeto ou uma proposta de Governo; cria-se, então, uma Bancada para defender essa proposta e outra que se opõe a ela.

Qual é a proposta do atual Governo? Não há proposta. Não havendo proposta, não há bancada; não havendo bancada, não há oposição; não havendo bancada de apoio e de oposição, não há Congresso Nacional. Isso é claro como água!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou autor do art. 3º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, que previa a revisão da Constituição. O Líder do Governo veio aqui à tribuna e disse que, embora soubesse que ela deveria ser feita, tinha medo. Compulsei-se os Anais. Eu até daria a esse discurso extraordinário do Líder do Governo no Senado Federal o título irretocável de "Eu tenho medo! Este Governo tem medo!"

Um país de 150 milhões de habitantes e com 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, que nasceu com o destino de ser grande, no entanto, tem um Governo que tem medo, tem um Líder que tem medo. Onde vamos parar?

Não temos uma política agrícola. Aliás, não temos política nenhuma. Não temos uma proposta de Governo. Qual é o objetivo deste Governo que aí está? Exaurir os seus dias? Sua Excelência o Senhor Presidente da República anunciou que estão faltando apenas 45 dias para deixar a Presidência! E da?

Tem algumas coisas a mais, Sr. Presidente, que gostaria de apontar. Sem uma política cambial, sem uma política fiscal, ape-

nas com uma política monetária, este Plano ruirá. Não sou profeta do caos, não sou pitonisa, mas gostaria de alertar, porque Economia, a que muitos dão foros de uma ciência tão complicada e obscura, não é nada disso. Economia vem do latim *oconomia*, que quer dizer despesa, lugar onde se guardam mantimentos.

Não existe economista mais competente do que as donas de casa; é provimento. A Ciência Econômica, Sr. Presidente, é tão burra que só tem duas parcelas: deve e haver. E qualquer país que se pretende sério, para estabelecer economia, precisa de um tripé: política monetária, política fiscal e política cambial. Mas o Líder do Governo tem medo; o Governo tem medo. Temos um cipoal tributário que não pode ser chamado de legislação fiscal. Quantas leis, taxas e tributos temos? Cem?

Certa vez, Ives Gandra Martins, um grande tributarista de São Paulo, foi convidado para fazer uma palestra sobre a questão tributária brasileira. E, na noite anterior, foi listando o número de tributos e taxas e chegou a cinqüenta e oito. Certo dia, alguém lhe disse: "Um País que tem cinqüenta e oito tributos, como o senhor mesmo disse, Dr. Ives Gandra..." Ele respondeu: "Não disse que tem cinqüenta e oito, existem mais de cem! Conseguí listar cinqüenta e oito tributos, às vésperas de uma palestra que deveria fazer!"

Poderíamos sintetizar isso como um cipoal fiscal num dos países que mais tributam no mundo, mas que menos arrecadam. A Argentina está arrecadando 32% e o México 30% e o Brasil, 22% do PIB e ficamos feito "cachorro correndo atrás do rabo". E quando temos uma pequena expansão de mercado ou "espasmo", como quiserem, o que acontece? O Ministro, porta-voz dos tecnocratas, aumenta os juros, diminui as prestações e acaba com os consórcios, que é justamente a maneira de realizar o sonho daqueles que têm poucas posses de adquirir uma geladeira, um eletrodoméstico ou um carro.

Desta vez, aconteceu um fato que não pode passar sem registro. Foi feito um tal de acordo setorial – toda a vez que há um acordo setorial, o povo é quem paga; quer dizer, quem não está dentro daquele setor paga o resto. É claro. Quando se reúnem a indústria automobilística, os trabalhadores do ABC e da Fiat de Belo Horizonte e o Ministro da Indústria e do Comércio ou o Ministro da Fazenda, o que acontece? Decidem diminuir o IPI, consequentemente reduz-se o preço dos carros e aumenta a venda de automóveis, etc. Assim, ganha a fábrica de automóveis, ganham os trabalhadores da indústria automobilística e paga o povo, pois a isenção de impostos, que poderia servir para a saúde, educação, segurança e justiça, nós a perdemos.

Pois bem, tivemos desta vez uma anomalia que eu diria fácil de ser consertada. Com o acordo setorial dos chamados carros populares, houve um aquecimento ou espasmo de compra – as compras retardadas porque o sonho e até a necessidade de muitos era ter um carrinho novo, para ir para o trabalho e voltar – e surgiu o ágio. Passamos a ver os empresários percebendo um ágio, justamente aquele ágio correspondente ao IPI que foi perdoado.

Ora, qualquer país de bom senso no mundo cancelaria imediatamente a concessão da isenção do IPI para que, em vez do ágio ficar recolhido na gaveta do empresário, esse dinheiro viesse para os cofres, a fim de financiar a saúde. O que fez o Ministro? Acabou com os consórcios e aumentou a taxa de juros. Porque os banqueiros estão ganhando pouco, não é? Com toda sinceridade, Sr. Presidente, V. Ex\* não tem dó de banqueiro aqui no Brasil? Eu tenho. Eles ganham tão pouco.

Vejam que os Estados Unidos da América remuneram o capital em torno de 6% ao ano, numa inflação de 3% a 3,5%. Aqui, o real, que pretende o Governo seja estável, é remunerado em 7% ao mês. Fico com pena dos banqueiros brasileiros, Sr. Presidente. Coitados, recebem tão pouco, que até o Presidente da República

teve que mandar uma medida provisória, que criou o real, concedendo isenção de PIS e PASEP para os banqueiros. Podem ler, está aí tramitando e sendo reeditada, ainda não foi aprovada pelo Congresso: banqueiro não paga PIS e PASEP.

Tenho hábito de fazer contas – talvez seja um cacoete da minha antiga profissão de empresário – e mandei levantar os movimentos dos bancos: a isenção do PIS e PASEP dá a bagatela de 52 milhões de reais por mês. Considerando os meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, chegamos a 300 milhões de reais, que poderiam ir para os cofres. Mas temos que acudir os banqueiros, que estão ganhando pouco, não é?

Então, nobre Senador Carlos Patrocínio, este País tem que ter um projeto, uma proposta, porque senão ele continuará de espasmo em espasmo. E o que é pior, o espasmo para a liberação de recursos para a agricultura depende muito do tecnocrata de plantão, ou do "pedantocrata", e o que ocorre depois todos nós sabemos.

A agricultura está superdescapitalizada. V. Ex\* denuncia aqui a questão do CADIN. O que é um inadimplente? Hoje, 99% dos inadimplentes não o são porque assim querem. Eles estão hoje na lista dos inadimplentes do Banco do Brasil porque no Plano Collor II se reajustou o débito do agricultor em 73%, e o preço mínimo em 41%. Qual o agricultor que suporta essa diferença de 30%? Rotulamos, então, esse agricultor de inadimplente.

Sr. Presidente, arroz há para importar, pois os países do oriente produzem muito esse cereal. Aliás, nobre Senador Carlos Patrocínio, há poucos dias vi num desses documentários de TV a cabo uma reportagem interessante. Muitas vezes nos perguntamos: qual o cereal mais consumido? Muitos pensam logo no trigo, no milho, mas estão enganados. É o arroz! Claro que é o arroz, porque os grandes consumidores são a China, o Japão, a Tailândia, o Brasil, dentre outros. Existe disponibilidade de arroz para importar.

Agora, e feijão? Alguns brasileiros ainda teimam em comer feijão. Onde há disponível no mercado? Eu não sei. Não existe disponível, porque o hábito de consumir feijão externamente é muito pequeno! Como vamos ficar no ano que vem? Depois, vamos nos queixar de uma inflação grande porque a cesta básica subiu porque o feijão está um absurdo. Por quê? Porque não se plantou. Ao contrário do que disse Pero Vaz de Caminha, se não houver plantio, não haverá colheita. E depois vamos chorar sobre o leite derramado. Quantas vezes vi esse filme sem imaginação criativa alguma! Em preto e branco! E o pior é que o estão repetindo: filme desgastado, e estou vendo que vamos ter uma reprise bisonha desse filme que não agrada principalmente aos mais pobres deste País.

E depois? Depois, chama-se um bispo e um sociólogo de boa vontade que dirá: "Vamos matar a fome do povo brasileiro." Aquilo que negamos por justiça vamos dar por "caricaturidade". Caridade é outra coisa. A caridade pressupõe justiça. Não existe caridade sem justiça! Quando se nega por justiça e depois se dá por caridade, não há caridade, mas caricatura de caridade, ou "caricaturidade". Trata-se de um neologismo. O Magri inventou um; também quero ter o direito de criar mais alguns, aqui.

Outro ponto, Sr. Presidente. Estão falando de reajuste do salário mínimo, mais 38% de recuperação de ganho da PETROBRAS. Está aí a receita prontinha para afundar o Plano Real. Certinha! Agora, gostei muito de um questionamento do Presidente Itamar Franco quando alguém o questionou se já havia experimentado viver com 70 reais. Se fosse eu, responderia que não, porque não daria conta. Tenho um amigo que diz que o nome correto não é salário mínimo, mas salário da união, pois é o salário da alma com o corpo; se baixar um cruzeiro, desencarna..

Acontece que não estou vendo empresas organizadas pagarem salário mínimo. Quem quiser que o trabalhador produza tem que pagar um pouco mais. É o mesmo que querer andar num automóvel sem combustível; querer exigir de um trabalhador que trabalhe sem comer.

Mas qual o efeito que teria o reajuste do salário mínimo para 100 dólares? Ora, uma miséria de R\$ 15,00! Entretanto, se isso for multiplicado por 11 milhões de aposentados, vejam quanto dá. O resultado é o rombo da Previdência, que já está falida, quebrada. Não adiantou nosso extraordinário companheiro Antônio Britto ter tirado a saúde e jogado no Ministério da Saúde, porque isso não salvou a Previdência.

Devo dizer que, quando apresentei o art. 3º das Disposições Transitórias, na revisão constitucional, um dos pontos que pretendia mudar era este: uma revisão na questão da Previdência no Brasil, pois quando esta foi criada por Getúlio Vargas, na década de 40, a perspectiva de vida dos brasileiros era menos de 40 anos, e hoje está torno de 70 anos. O cálculo vetorial não perdoa; trata-se, outra vez, de aritmética, não de matemática.

Assim vejamos: uma professora, aos dezoito anos, já tendo o curso secundário, o chamado Curso Normal, começa a lecionar. Durante 25 anos, leciona, aposentando-se aos 43 anos. Errei na conta? Errei, sim. Sabem por quê? Há as vantagens referentes aos quinquênios, férias, licenças-prêmio, laudêmios, e ela se aposenta com 40 anos. Ora, ela contribui dos 18 aos 40, ou seja, tem 22 anos de contribuição referente a 10% do salário. De outro lado, a perspectiva de vida dela é de 70 anos, o que resulta em 30 anos de percepção de um salário integral. Onde está o dinheiro? Trata-se, outra vez, de economia, onde temos duas parcelas: Débito e Haver. Paga-se a aposentadoria com o dinheiro que se arrecada dos candidatos a se aposentarem.

Todos dizemos: houve um aumento de perspectiva de vida graças aos antibióticos, graças a uma melhor alimentação, graças a uma série de coisas, e a perspectiva de vida no Brasil melhorou; então, agora, temos que fazer o quê? O óbvio. E o que é o óbvio? Copiar o que os outros países fazem: casar a aposentadoria com a perspectiva de vida mais a contribuição. O projeto está pronto; está aqui no Congresso Nacional. E temos que reajustá-lo à medida em que a perspectiva de vida for aumentando, o que, se Deus quiser, vai aumentar mais ainda. Mas não podemos fazer a reforma na Constituição porque o Governo tem medo!

Sr. Presidente, o chamamento inicial é para a agricultura, que, neste País, é tratada de uma maneira terrível. Sempre. Houve algumas exceções. Quando o Ministro Iris Rezende esteve no Ministério, no Governo José Sarney, a agricultura teve um tratamento extraordinário. Bateu todos os recordes de produção: safra boa, tivemos a produção. Por quê? Porque o Ministro Iris Rezende sabia que precisávamos de um solo fértil, dos insumos modernos, das chuvas que São Pedro manda – o dito "porteiro do céu" –, mas precisámos de dinheiro para comprar sementes, adubo, óleo diesel para arar, gradear e preparar o solo.

Com a palavra o Ministro da Fazenda:

– Sr. Ministro da Fazenda, o que vamos comer ano que vem?

(Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Áureo Mello) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL-TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, vamos aproveitar essa magnífica exposição do eminente Senador Ronan Tito, que começou pela agricultura, mas acabou traçando o perfil das necessidades do nosso País.

Sr. Presidente, sou Relator de uma medida provisória que trata de estabelecer o salário mínimo em R\$ 70,00 a partir do dia 1º de setembro passado. Todavia, ouço o Presidente Itamar Franco dizer, conversar, confidenciar com vários dos seus assessores, dos seus amigos, que quer passar o salário para R\$ 100,00 ou R\$ 84,00.

Meu parecer já está pronto, Sr. Presidente, mas ainda não foi prolatado em reunião do Congresso Nacional, pois parece-me que essas medidas provisórias têm que ir caducando por aí e sendo reeditadas. Há ainda mais de vinte medidas provisórias que não foram relatadas e que não serão analisadas no decorrer deste ano.

Entendo ser muito difícil ou quase impossível, eminente Senador Ronan Tito, para o Governo, no ocaso do seu mandato, estabelecer um salário mínimo de R\$ 100,00. Como V. Ex<sup>a</sup> bem frisou, não dá para se viver neste País com R\$ 70,00, e foi essa exatamente a resposta que o Presidente Itamar Franco deu ao ser interrogado sobre o assunto nurna das emissoras de televisão.

Sr. Presidente, estou sendo acossado por alguns membros, principalmente do Partido dos Trabalhadores, para que apresente logo meu parecer. Ele já está pronto, e comuniquei o fato aos dirigentes do Congresso Nacional. Entendo, porém, que esta medida provisória será reeditada e que o próximo Presidente da República, o Senador Fernando Henrique Cardoso, é que decidirá se eleva ou não o salário mínimo para R\$ 100,00.

Uma coisa é certa: não podemos mudar o salário para R\$ 100,00 sem que antes façamos uma reforma nas estruturas da Previdência Social. Se tal idéia fosse aprovada agora, criariamos um problema tremendo para aquele órgão, pois, em conversa com Assessores do Ministro da Previdência Social, tomei conhecimento de que haveria um rombo de cerca de R\$ 4 bilhões para o próximo ano. E mesmo que ocorra a referida reforma da Previdência Social, já estabelecida para o início do próximo Governo, questiono ainda sobre o efeito desse salário de R\$ 100,00 sobre as prefeituras do nosso País. O que farão as prefeituras municipais para pagar esse salário de R\$ 100,00?

Sabemos, Sr. Presidente, principalmente no Norte e Nordeste, que há um acordo: quando o salário mínimo sobe muito, essas prefeituras que estão inchadas, mata administrativa totalmente encarcada – temos até que reconhecer o importante papel social desempenhado por essas prefeituras –, fazem acordo com seu funcionários para reduzir seus salários.

Na minha cidade, por exemplo, o novo prefeito viu que estava com mais 800 funcionários públicos, colocou uns 300 na rua, e, depois, esse povo estava atrás da gente, passando fome porque não tinha onde trabalhar.

Reitero que tenho pronto o parecer sobre a medida provisória que estabelece em R\$ 70,00 o salário mínimo, a partir de 1º de setembro passado. Existem várias emendas de Parlamentares, e sabemos que a Comissão de Seguridade e de Trabalho da Câmara dos Deputados já aprovou um projeto de lei estabelecendo o salário em R\$ 100,00. Certamente que isso deverá ser discutido no âmbito de outras comissões e também no âmbito da Câmara dos Deputados, primeiramente, e, posteriormente, no Senado Federal.

Mas no que quero acreditar, Sr. Presidente, é que essas emendas não serão objetos de apreciação no final deste ano legislativo, mesmo porque temos matérias de suma importância; além do mais, pretendemos, conforme asseveraram o Presidente da Comissão Mista de Orçamento e o Relator-Geral, apreciar e votar o Orçamento de 1995 ainda no decorrer deste ano.

Gostaria, também, de ferir outro assunto. Trata-se do acordo feito entre o Governo Federal e os petroleiros. Sr. Presidente, por tudo que tenho lido nos jornais e visto na televisão, entendo que

esse acordo abre um precedente muito perigoso. Parece ter sido o Ministro de Minas e Energia quem o assinou, porque o Ministro do Trabalho disse não ter sido o responsável. E o Presidente Itamar Franco está, neste exato momento, reunido com a equipe econômica e com o Ministro de Minas e Energia, tentando revisar esse acordo, que concederia aos petroleiros as perdas salariais do Plano Bresser, perdoaria alguns petroleiros que praticaram atos de vandalismo ao invadiram a Usina de Gabriel Passos, na grande Belo Horizonte.

O Presidente do TST, Luiz José Guimarães Falcão, afirma que esse acordo, se aprovado da forma como está, abriria um precedente para que outras categorias de trabalhadores também recebessem a reposição salarial do referido plano.

Entendo que a aprovação de tal acordo comprometeria a execução do Plano Real, atrapalhando de maneira muito intensa os planos do futuro Presidente da República. Por este motivo, penso que este assunto deve ser esclarecido o mais rápido possível.

Quero cumprimentar ainda, de uma maneira especial, o Ministro do Planejamento, nosso Colega Beni Veras, que se insurgiu contra esse acordo, mas que, apesar disto, não está fazendo parte dessa reunião de hoje a que me referi anteriormente.

Para finalizar, Sr. Presidente, espero que o Presidente Itamar Franco reveja esse acordo o mais rápido possível, sob pena de todas as categorias, que têm direito a esta reposição do Plano Bresser e que desejam o perdão por faltas cometidas em decorrência de uma greve declarada abusiva pelo Tribunal, reivindicarem para si o mesmo direito daqueles; mas ainda: obtenham a correção da antecipação do 13º Salário pela UFIR de 30 de junho, que é altamente atualizada.

São estas as preocupações que, aproveitando a oportunidade, gostaria de externar aqui nesta sessão do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aureo Mello) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, faleceu, mês passado, no Recife, o Professor, Médico e Jornalista Leduar de Assis Rocha, aos 90 anos de idade. Deixa, além de ilustre família, mais de trinta obras publicadas, inclusive sobre a história da medicina, o que lhe valeu o reconhecimento intelectual, através do seu ingresso na Academia Pernambucana de Letras.

Era um homem de conduta ilibada, acendrado espírito público e cidadão atento às grandes questões do País e do meu Estado – Pernambuco.

Sobre o assunto, o Diário de Pernambuco, de 27 de outubro, publicou editorial que abaixo transcrevo, por expressar um isento julgamento do homem e pensador que foi o Professor Leduar.

Mestre

Leduar

Aos noventa anos, carregado de serviços prestados a Pernambuco, perdemos mestre Leduar Figueiredo de Assis Rocha. Poucos como ele souberam misturar ciência e literatura. Professor da nossa UFPE, da Sociedade de Medicina de Pernambuco, do Conselho Regional de Medicina, Leduar foi um dos grandes historiadores do nosso passado médico. Sem ele e sem Velozo Costa será, praticamente, impossível refazer a História da Medicina Pernambucana. Jornalista, escritor sobretudo, Leduar deixou marcas luminosas na Academia Pernambucana de Letras e, sobre este jornal, nos legou um estudo os "Figueirões do DIARIO", imprescindível

à reconstituição de sua trajetória mais que sesquicentenária. Era uma cavalheiro, manso, educado, solidário. Deixou a casa arrumada, como queria Bandeira. E se foi com a mesma dignidade com que viveu. Um exemplo para filhos e netos. Um exemplo para os que o conhecem.

Desejo, também, registrar que, dez dias antes de sua morte, recebi carta na qual ele registrava minha eleição para a Vice-Presidência da República e fazia votos de êxito no exercício das funções. Entre outras coisas, afirmava o seguinte:

Pernambuco, classe política, amigos entre os quais me incluo, hoje exultam de alegria e satisfação em vê-lo em tão alto cargo da nação brasileira, sabedores das suas realizações em prol do País e especialmente por nosso tão querido e sofrido Estado, bem como o Nordeste brasileiro.

Envio meu abraço juntamente com votos de uma profícua atuação administrativa e política cheia de vitórias na luta árdua que enfrentará com garra e abnegação própria de seu caráter de homem público e ser humano.

Quero, ao final, manifestar em meu nome pessoal e, creio, de todo o Senado da República, à família enlutada, à Academia Pernambucana de Letras, à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, à Sociedade de Medicina de Pernambuco, os sentimentos de pesar pelo falecimento do ilustre pernambucano, cuja vida e obra ajudaram a enriquecer a história de Pernambuco.

**O SR. PRESIDENTE** (Aureo Mello) – Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

- 1 -

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Independente Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 2 -

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 45 DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

**- 2º pronunciamento:** Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 3 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 46, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 4 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 48, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 5 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 49, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 6 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 52, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

– 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 7 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 55, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

- 8 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 7, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

- 9 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 9, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio E TV Tapajós Ltda, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 10 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 10, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

– 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

– 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 11, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Ma-

res, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 12 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 12, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 13 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 18, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 14 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 19, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anapólis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 15 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 23, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

- 16 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 24, DE 1994**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

- 17 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 50, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 18 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 62, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 19 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 64, DE 1993**

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na Cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 20 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 69, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 21 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 8, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 22 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 20, DE 1994**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que

aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda., atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 23 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 21, DE 1994**  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 24 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 26, DE 1994**  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do  
art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 25 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 39, DE 1994**  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do  
art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 26 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 124, DE 1994**  
(Em regime de urgência, nos termos do  
art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1994 (nº 4.672/94, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

- 27 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 125, DE 1994**  
(Em regime de urgência, nos termos do  
art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1994 (nº 4.468/94, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém – PA, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 28 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 126 DE 1994**  
(Em regime de urgência, nos termos do  
art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto da Câmara nº 126, de 1994 (nº 4.604/94, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que inclui as categorias funcionais de Auxiliares de Transporte, Administrativo, de Vigilância e Artesanato no Nível de Assistente, e dá outras providências. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 29 -

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 3, DE 1994 – CN**  
(Em regime de urgência, nos termos do  
art. 336, "b", do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1994 – CN, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. (Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- 30 -

**OFÍCIO N° S/72, DE 1994**  
(Em regime de urgência, nos termos do  
art. 336, "b", do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 31 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 1993**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 1993 (nº 1.568/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de desconto nos valores dos ingressos em espetáculos culturais e artísticos para pessoas idosas ou portadoras de deficiência física, tendo Parecer sob nº 150, de 1994, da Comissão de Assuntos Sociais, favorável com Emendas de nºs 1 e 2 – CAS, que apresenta.

- 32 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO N° 27, DE 1991**  
**COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991 – Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

- 33 -

**REQUERIMENTO N° 1.302, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera o art. 48 da Lei nº 4.504, de 10 de novembro de 1964, para permitir a redução do imposto incidente sobre terras arrendadas.

- 34 -

**REQUERIMENTO N° 1.317, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.317, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172,

inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do imposto de renda para bolsas de estudo de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários.

- 35 -

**REQUERIMENTO N° 1.318, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.318, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 92, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que altera a redação do art. 15 da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, que "dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e dá outras providências".

- 36 -

**REQUERIMENTO N° 1.320, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.320, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 101, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que regulamenta o § 3º do art. 43 da Constituição, assegurando o incentivo da União à recuperação de terras áridas nas regiões de baixa renda, e a cooperação com os pequenos e médios proprietários rurais para que suas glebas sejam dotadas de fontes de água e de pequena irrigação, e dá outras providências.

- 37 -

**REQUERIMENTO N° 1.321, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.321, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, que "altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências".

- 38 -

**REQUERIMENTO N° 1.335, DE 1993**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.335, de 1993, do Senador João Rocha, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o relatório resumido da execução orçamentária, de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

- 39 -

**REQUERIMENTO N° 484, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 484, de 1994, do Senador Marco Maciel, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Presidente e do Secretário do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), Dom Mauro Morelli, Bispo de Duque de Caxias e Doutor Herbert de Souza (Betinho), para prestar, perante o Plenário do Senado Federal, esclarecimentos sobre o quadro de mortalidade infantil no Brasil, especialmente nas regiões mais pobres, e apresentar as sugestões e medidas que o órgão proporá ao Senhor Presidente da República, com vistas a enfrentar tão grave questão.

- 40 -

**REQUERIMENTO N° 680, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 680, de 1994, solicitando nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolução nº 122, de 1993, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.

- 41 -

**REQUERIMENTO N° 681, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 1994, do Senador Júlio Campos, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 56, de 1994, de iniciativa da Comissão Diretora, que ratifica a incorporação de vantagens dos servidores do CEGRAF E PRODASEN

- 42 -

**REQUERIMENTO N° 762, de 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 762, de 1994, do Senador Dario Pereira, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 1994 (nº 2.981/93, na Casa de origem), que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do asbesto/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim, e dá outras providências, cujo prazo na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura já se acha esgotado.

- 43 -

**REQUERIMENTO N° 783, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 783, de 1994, do Senador César Dias, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 1993, de sua autoria, que altera o art. 19 da Lei nº 6.001/73, dispondo sobre o processo para a demarcação de terras indígenas, e dá outras providências.

- 44 -

**REQUERIMENTO N° 792, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 792, de 1994, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1994, de sua autoria, que dispõe sobre a responsabilidade da empresa na promoção da saúde de seus empregados e dá outras providências.

- 45 -

**REQUERIMENTO N° 794, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 794, de 1994, do Senador Jutahy Magalhães, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1992, de sua autoria, que define crimes contra a apuração de fatos em Comissão Parlamentar de Inquérito e dá outras providências.

- 46 -

**REQUERIMENTO N° 809, DE 1994**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 809, de 1994, do Senador João Calmon, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 64, de 1993, que acrescenta artigo à Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que "defini-

ne os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outra providências", seja ouvida, também, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 47 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 1994**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1994 (nº 3.383/92, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, tendo

Parecer favorável, sob nº 196, de 1994, da Comissão de Assuntos Sociais.

- 48 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1993 (nº 1.809/89, na Casa de origem), que altera a redação do parágrafo único do art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

- 49 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispesáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais).

- 50 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1992, de autoria da Senadora Júnia Marise, que submete a nomeação do Secretário da Receita Federal à prévia aprovação do Senado. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 51 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 161, DE 1992**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1992, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos bens produzidos no Brasil e destinados à pesquisa científica e tecnológica. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

- 52 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1993**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1993, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que determina que os Institutos Médico-Legais comuniquem à Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência as mortes violentas ocorridas com crianças e adolescentes. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais)

**O SR. PRESIDENTE (Aureo Mello) –** Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h02min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR AUREO MELLO NA SESSÃO DO SENADO DE 13.10.94, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES:**

**O SR. AUREO MELLO (PRN-AM.** Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os tempos de hoje são indiscutivelmente para se falar nesse grande episódio que foi o majestoso pleito eleitoral brasileiro, culminado com a escolha de valores novos e com a provisória supressão de outros valores que fazem parte das duas Casas Legislativas principais e de Casas Legislativas estaduais e até das chamadas distritais.

Inegavelmente, a vitória do Presidente Fernando Henrique Cardoso é algo que levanta aos brasileiros um verde sol de esperança, porque vem associada àquela imagem de revolução financeira que permitiu que o dólar caísse numa velocidade impressionante, e, ao seu lado, a inflação, da qual ele sempre foi um evidente parâmetro.

Foi eleito um companheiro nosso, até ontem líder de uma agremiação, que foi fundada, inclusive, graças a minha generosidade, porque interrompi uma obstrução que vinha fazendo continuamente exigindo quorum nesta Casa. Como o prazo para que o PSDB fosse constituído e registrado se esgotaria em 24 horas, recebi uma solicitação de Fernando Henrique Cardoso, acompanhado de Gerson Camata, e desisti da obstrução. Com isso, foi possível que se votasse a existência do PSDB. Assim sendo, considero-me um pouco pai dessa criança que realmente cresceu e se desenvolveu neste País como se fosse uma Eva tirada da costela do Adão PMDB, somente que uma eva socialista, de aspecto democrático-socialista e procurando sempre se manifestar através de uma retidão e de uma pureza indiscutíveis dos seus componentes.

O próprio Presidente dos nossos trabalhos foi um que, se não estou enganado, saindo do PMDB, partiu para constituir essa nova agremiação, juntamente com uma indiscutível elite de intelectuais, que foi, pouco a pouco, derramando a sua influência em todos os campos da política, até formar governos eficientes, como o do Ceará, e finalmente eleger Fernando Henrique, que é, inegavelmente, um homem democrata e de excelentes qualidades.

Falo assim, não só por ele ser um colega nosso – todos aqui são democratas e de excelentes qualidades, quase verdadeiros santos, eis que fazem parte da coletividade senatorial legislativa – mas tenho motivos para acreditar e ter esperanças de que esse novo Chefe do Executivo venha a ser uma autêntica revelação.

E por que digo isso? Porque, nos idos de 1955, quando nós outros chegávamos lá do Amazonas, lá do Piauí distante e de tantos Estados representativos desta União formidanda que se chama Brasil, tive um colega, representante de São Paulo, juntamente com Abílio Basto e Campos Vergel, com aquele time de idealistas parlamentares – Deputados naquela altura –, que se poderia chamar de primeiríssima qualidade: Herbert Levy, Menotti del Picchia e tantos outros representantes do Estado de São Paulo.

E quem era esse cidadão? Era o General Leônidas Cardoso, baixinho, elegante, espigado, bonitinho, cabelos brancos, como se fossem as neves alcandoradas das paragens celestiais, que ele azulava com um condimento qualquer para ficar mais alinhado e cheiroso. As meninas da Câmara dos Deputados tinham o hábito de dar beijinhos nos seus cabelos.

O General Leônidas Cardoso era um dos meus amigos mais chegados; conversávamos, inclusive, noites a fio na esquina da Rua Joaquim Nabuco, onde eu morava, com a Rua Conselheiro Lafayette, onde ele morava em companhia de sua digníssima espo-

sa, uma ilustre senhora amazonense, mãe desse Fernando Henrique que aqui está.

Acabamos organizando a Liga de Emancipação Nacional, cujos Presidentes éramos o General Leônidas Cardoso, o General Felicíssimo Cardoso, seu irmão, o companheiro Abgvar Bastos, escritor, o nosso Aarão Steinbruch, já falecido, e este modesto companheiro que aqui está falando.

A Liga de Emancipação Nacional era um órgão evidentemente nacionalista e naquele tempo do Marechal Lott, de "espadas de ouro", de Juscelino Kubitschek, de Carlos Lacerda, blaterando da tribuna contra o que considerávamos a "legítima e pura democracia", aquela época foi espetacular.

E, por uma verdadeira ironia da sorte, tempos depois, quem cassa a nossa Liga de Emancipação Nacional, que tanto tinha lutado por ele? O nosso querido Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, inclusive sob a acusação de que a Liga era comunista. Mas não era. Era aquele comunismo que se chamaria uma democracia ideológica, idealista, nacionalista pura, à qual pertencia o General Estillac Leal, o próprio Maurício Corrêa, da qual fazia parte, também naquele tempo, o Presidente Bernardes, da qual fazia parte também o General José Veríssimo, o nosso querido General Leônidas Cardoso e seu irmão Felicíssimo Cardoso.

E lá estava este bisonho caboclo amazonense, recém-chegado, com a garganta poderosa fundamentada a tucupi e tacacá nas plagas amazônicas, fazendo discursos estraçalhadores que reboavam aos ouvidos da banda de música da UDN, composta por aqueles parlamentares que ficavam sentados ao lado direito de quem da tribuna vê o plenário e que se nutriam e se alimentavam grandemente do ódio que sentiam à figura de Getúlio Dornelles Vargas, que era o ídolo da outra ala, da outra banda formada pelos trabalhistas e também pelo pessoal do Partido Social Democrático. Majoritários, absolutamente majoritários. Lembravam-me, assim, os da UDN, um pequeno exército de espartanos ou atenienses lutando contra as forças poderosas do antigo Egito, que se derramavam em número bem maior, dispostos a estraçalhar e a esmagar aquele pequeno grupo de abnegados e loucos que tentavam inutilmente colocar sombras, manchar à figura de Getúlio Vargas.

E eles tinham aquele líder, o Sr. Carlos Lacerda, com aquele vozeirão monocórdio, que quando começava a falar, devido à flexibilidade verbal que o acometia, pelo fato talvez de ser um homem de grandes leituras, dificilmente poderia parar ou deixar de ser aplaudido ou entendido, a não ser quando recebesse apartes, que ele sistematicamente negava, principalmente quando partiam do Sr. Vieira de Mello ou de alguns energúmenos, de cujo grupo fazíamos parte, que éramos aqueles mais jovens da Câmara dos Deputados, recém-chegados, que adoravam fazer barulho e atrapalhar os discursos do Sr. Carlos Lacerda.

O Sr. Carlos Lacerda se virava, então, para o Presidente da Casa, que era aquele apolíneo Sr. Carlos Luz, e pedia: "Sr. Presidente, eu não permiti apartes e avisai à Mesa que não poderia aceitar apartes." E nós, lá do outro lado, fazendo barulho, batendo em microfones. Havia figuras incríveis nesse plenário, como aquele capitão do Paraná, magro, de cabelos negros, de olhos fulgurantes, quase que alucinados, e que transportava sempre uma pasta, o Capitão Molinaro. Não sabíamos o que havia dentro daquela pasta, mas ele não a largava em hipótese alguma, até o momento em que um dia o Sr. Lacerda investiu contra ele, ou, mais violentamente, contra a figura de Vargas, e o Capitão Molinaro abriu a pasta. Verificamos, então, que lá dentro havia da metralhadora à faca de ponta do nordestino; havia revólver e toda espécie de armamento. O Capitão já estava a fim de trucidar o nosso Lacerda, no que foi impedido por todos nós, que caímos, assim, em cima dele.

E que prazer! Nesse tempo, quem estava conosco era o nosso pequeno General Leônidas Cardoso, que me dava conselhos, dizendo que na política nunca devemos deixar de estar ao lado da mocidade, porque, segundo ele, a mocidade mete o ombro, comete erros graves, mas vai em frente, tenta desalojar e aluir o que está fixado, às vezes, com uma argamassa que podemos julgar inamovível.

Então, sempre pensei o seguinte: se aquele general, político, hábil, socialista, inteligente, tivesse um filho, ele iria prepará-lo para ser um grande dirigente deste País ou um excelente político. E, para surpresa minha, quando vim novamente para o Senado, em substituição ao glorioso Fábio Lucena, pude tomar conhecimento desse Fernando Henrique, que não me impressionou absolutamente pela sua oratória e muito menos pela capacidade de comunicação, que era mais peculiar ao seu saudoso genitor do que a ele próprio.

O tempo, entretanto, vai passando, as circunstâncias se apresentando, surge um Lula de cá, surge um outro nome de lá, vem um mineiro das plagas deles, vem um nortista dos rincões nordestinos, e aparece esse Fernando Henrique com a sua idéia, que trouxe como se fosse um escudo mágico e cintilante para empolgar e sensibilizar a grande alma sofrida do povo brasileiro. O povo brasileiro, que é um naufrago debatendo-se no meio do mar, nas profundas águas, naquelas paragens celeste-abissais do grande mar da angústia e da dificuldade material. Surge, então, a idéia do Real como uma esperança a que ele se pôde agarrar, como um naufrago que se segura a uma jangada. Por causa desse Real, o Sr. Fernando Henrique vem de ser conduzido como o mais votado, o mais expressivo daqueles que receberam os sufrágios da grande coletividade brasileira. Não adiantaria o Sr. Lula espernar com as suas divisões panzer, daquilo que ele chama os militantes. Não adiantaria o Sr. Leonel de Moura vir contestar o Real, porque, com isso, ele estaria apenas mergulhando como um homem que mergulha numa areia movediça.

A verdade é que o povo estava agarrado ao Real como se fosse uma esperança, assim permanece e ai de Fernando Henrique se decepcionar o povo com relação a essa questão.

Então, alvíssaras para esse Presidente filho daquele político tradicional, que, por assim dizer, da argamassa do seu idealismo e dos seus conhecimentos, foi plasmado e modelando uma imagem que, para mim, como brasileiro, é uma imagem de esperança.

Os Estados começaram a produzir as suas decepções, as suas surpresas, agradáveis e desagradáveis, e aí temos senadores que representam algo de nobre e de superior, governadores que simbolizam uma esperança, cidadãos que participam ou fazem parte da nova agremiação vitoriosa, e o velho PMDB, Partido cuja tradição se vincula à própria luta pela restauração democrática, afirmando-se mais uma vez como absolutamente majoritário no plenário do Congresso da Câmara dos Deputados. E os Partidos radicais, como o PT, que têm nos seus componentes figuras verdadeiramente hostis e agressivas, que não somam mais ainda à sua agremiação justamente por causa disso, ou seja, porque hostilizam gratuitamente os grandes democratas deste País, mas, apesar disso, crescendo e aumentando as suas Bancadas como acontecerá neste Senado quando o nobre Suplicy, sozinho, deixará de carregar sobre os ombros todo o peso da sua agremiação para disso compartilhar ao lado de quatro ou de cinco outros que vêm de ser eleitos por aí. Haverá figuras do próprio PSDB que poderemos classificar como alinhados com o comportamento do PT – e neste campo posso citar o meu distinto amigo a quem admiro profundamente, Artur da Távola – e homens que, durante as suas trajetórias na Câmara dos Deputados sempre se conduziram com uma linha de con-

duta verdadeiramente harmônica em relação ao Partido dos Trabalhadores que aí está.

No Amazonas elegemos duas figuras interessantes: o nosso Bernardo Cabral, já conhecido no âmbito nacional pela sua atuação como Relator da Constituição vigente no nosso País, onde ele se destacou pelas suas qualidades intelectuais, pelos seus indiscutíveis dotes de orador, pela sua maneira fidalga de tratar os companheiros e, depois, como Ministro da Justiça, de cuja Pasta saiu, após um desentendimento frontal com o Presidente da República e – por que não dizer também, pela sua figura de espadachim, de capa ao ombro, o Zorro das áreas da política, acabou mais uma vez reconhecido pelo povo do Amazonas, que o sufragou como o mais votado dos nossos futuros Senadores. Bem ao seu lado, o Jefferson Carpinteiro Peres, intelectual, magrinho, lutador, estudioso, irmão do nosso antigo Senador Leopoldo Peres, que foi uma revelação na votação que lhe foi atribuída pelo povo do Amazonas.

Aliás, li há poucos dias, com uma certa perplexidade, o que escreveu a nossa muito querida jornalista Tereza Cruvinel, fazendo uma crítica ao Jefferson, dizendo que aqui, neste Plenário, já tínhamos um pedreiro, que é o nosso companheiro João França, e que iríamos ter também um carpinteiro. Ela, na certa, mal informada, julgou que o nome do Jefferson fosse apenas Jefferson Peres e que "Carpinteiro" fosse uma sigla como a do Chico Vigilante ou de outro qualquer, que adota um apelido para sustentar melhor a sua característica política. Mas não. Carpinteiro Peres é uma família tradicional do Amazonas. Eles nada têm que ver com carpintaria, mas, quem sabe, os seus ancestrais foram carpinteiros; e ele é Carpinteiro Peres, como nome familiar e não como antonomásia destinada a caracterizar um salto demagógico de sua parte. Então, vêm aí o Bernardo Cabral e o Jefferson Carpinteiro Peres, lá do Amazonas.

Este Senado será também enriquecido por nomes tradicionais na política brasileira, como o nosso chamado "Toninho Teritura", que é Antônio Carlos Magalhães, que preferiu ser Senador da República. O Senador Jutahy Magalhães, estava conversando e, de repente, ficou atento no momento em que falei nesse nome que, se não estou enganado, é uma de suas predileções – não sei se a favor ou contra. Mas virá também para cá, para dar os seus apartes, para opinar os seus pontos de vista políticos.

Infelizmente, o nosso querido Colega não estará aqui, como não estarei, neste Plenário para discutir essa matéria, mas, já fui colega de Antônio Carlos na Câmara dos Deputados, e, inegavelmente, ele é um Parlamentar arrojadíssimo, que não hesita em tirar o paletó e arregaçar as mangas na hora em que acha que vai dispor as suas idéias.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AUREO MELLO** – Pois não, nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** – Gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, que o conhece tão bem, apontasse algo que S. Ex<sup>a</sup> fez enquanto Parlamentar, um fato apenas em 12 anos de mandato, a não ser brigas. Foi salvo por um inimigo de passar vergonha, quando ele ia correr, na presença de Tenório, foi o Dr. João Mendes, Deputado na época, que o segurou para não correr. Depois ele foi agradecer: "Deputado João Mendes, V. Ex<sup>a</sup> salvou a minha vida". Ele respondeu que não havia salvo a sua vida, mas a sua honra.

**O SR. AUREO MELLO** – Conheci João Mendes, mas conheci a atuação do nosso Antônio Carlos Magalhães. Claro que não estou aqui com a sinopse à mão para saber o que ele fez como Parlamentar ou quais os projetos que elaborou, nem os discursos que produziu, nem os pareceres, nem qual foi a sua atuação. Sei que na Bahia a barra é pesada e a briga não é de brincadeira. Sei que V. Ex<sup>a</sup>, dentro dos seus pontos de vista, realmente não tolera a

linha política de Antônio Carlos Magalhães. Não sei se a recíproca é verdadeira, se Antônio Carlos Magalhães retribui na mesma moeda. Acredito que sim, porque ambos são de briga: um é um Jutahy que corresponde a um jaborandi peroba jatobá das plagas do meio oeste e o outro é aquela fera de lanceta à mão, que todo Brasil conhece e sabe que está sempre pronto a espetar aqueles que se lhe antepuserem.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. AUREO MELLO** – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – De repente fiquei aflito vendo V. Ex<sup>a</sup> retroceder tanto no tempo. Pensei que memórias da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, viesssem à tona neste momento, para justificar a indumentária de V. Ex<sup>a</sup>, com a qual bati uma fotografia, aquele paletó que guarda as impressões digitais de Octávio Mangabeira, João Mangabeira, Juscelino Kubitschek, Prado Kelly e tantos e tantos outros, sem falar no nosso companheiro Nelson Carneiro, que já estava, neste tempo, também testemunhando e fazendo a história do Rio de Janeiro.

**O SR. AUREO MELLO** – Sei que V. Ex<sup>a</sup> morre de inveja do meu paletó; talvez contrate um alfaiate para fazer um igual para V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – Tanto é verdade que bati uma fotografia com ele. V. Ex<sup>a</sup> se lembra.

**O SR. AUREO MELLO** – Mas V. Ex<sup>a</sup> está-se esquecendo de que, quando foi à Rússia, e sentiu um frio dos diabos, quem emprestou a V. Ex<sup>a</sup> um belo jaquetão comprado nos Estados Unidos foi este seu modesto colega.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – É verdade.

**O SR. AUREO MELLO** – E muito lhe serviu para atenuar aquela "friorença" que havia na União Soviética. Mas não lhe emprestei o paletó, porque era muito tênue para aquele terrível frio moscovita. Entretanto tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> ficaria elegantíssimo vestido no meu famoso paletó zebrado.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – Estou brincando assim com V. Ex<sup>a</sup>, mas na verdade quero falar sério dentro do seu discurso. V. Ex<sup>a</sup> está fazendo considerações sobre o Senado do próximo fevereiro, o Senado que se renovará profundamente. E queiram os bons fados que os que aqui vão chegar cheguem com o espírito obreiro, com o espírito trabalhador de muitos que aqui se despedem: alguns por não se haverem candidatado ou por haverem-se candidatado a outros postos, logrando ou não êxito – uns logrando, outros não e o êxito passa ao largo ou chegou a alguns dos nossos companheiros –; outros, como eu, que não obtiveram êxito na eleição que acaba de se ferir de modo tão amplo em todo o País...

**O SR. AUREO MELLO** – Injustamente, aliás.

**O Sr. Cid Saboia de Carvalho** – ...mas é importante lembrar que o necessário será manter vivo o espírito do Senado Federal, pois aqui, nestes 8 últimos anos, tivemos Senadores que não vão voltar e que tiveram o empenho profundo para guardar a competência do Senado, a sua dignidade e, acima de tudo, guardar o espírito fraternal desta Casa. V. Ex<sup>a</sup> está falando e até brincando um tanto quanto aqui e ali dentro desse espírito da alegria amazônica, que é o espírito de V. Ex<sup>a</sup>; mas temo pela renovação do Congresso Nacional no que ela possa se distanciar da defesa institucional. Vamos chegar a um momento em que será muito importante a defesa das próprias instituições. O que temos assistido ultimamente, Senador Aureo Mello – e mais importante do que analisarmos a composição partidária, é isso que interessa, por isso invado o discurso de V. Ex<sup>a</sup> –, o que vimos aqui, ao longo dos últimos anos, foram verdadeiras tentativas de destruição do Poder Legislativo; tentativa que outrora foi feita com relação ao Poder Judiciário, com relação ao Poder Executivo, mas essa campanha

acentuadamente centrou-se mais por sobre o Poder Legislativo. E ainda mais, tivemos aqueles casos dramáticos que justificaram, de certo modo, a ojeriza popular, inclusive diante de companheiros que sofreram punições, de outros que renunciaram, sob acusações profundamente depreciativas. Tudo isso é verdade; mas a Instituição está bem acima dos homens; mais do que o orador que aparentava V. Ex<sup>a</sup>, maior que V. Ex<sup>a</sup>, que está na tribuna, maior do que os Partidos, é exatamente a Instituição que é o Poder Legislativo. E, nesse contexto, muito importante é o Senado Federal como a razão de ser da Federação Brasileira. Por aqui têm passado pessoas extraordinárias. Ainda não matamos a saudade de um Luiz Viana Filho, de um Affonso Arinos, ainda não matamos a saudade de um Virgílio Távora e de tantos que, já no nosso tempo, por aqui passaram e até faleceram, como é o caso de Fábio Lucena, já citado hoje por V. Ex<sup>a</sup>, que foi um dos espíritos mais luminosos e mais transcedentes de quantos por aqui passaram e brilharam. A instituição, no entanto, é maior do que Nelson Carneiro, é maior do que todos nós, é maior do que Jutahy Magalhães, é maior do que os que ficam, maior do que os que partem e maior do que aqueles que chegam. V. Ex<sup>a</sup> sabe que pairam ameaças sérias sobre a democracia brasileira. E muitas vezes o que parece ser o exercício da própria democracia outra coisa não é senão uma ameaça a ela própria, como, por exemplo, a influência do poder econômico na disputa eleitoral. Mas não quero me alongar dentro do discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Invadir o discurso de V. Ex<sup>a</sup> é como invadir a privacidade da sua eloquência e a comunicação da sua inteligência obtida nesse momento com os nossos pares. Quero festejar em V. Ex<sup>a</sup> essa capacidade de análise que traz à tribuna do Senado Federal e augurar que a carreira de V. Ex<sup>a</sup> não se encerre com esse mandato. V. Ex<sup>a</sup> tem uma longa carreira pública e uma carreira não apenas de deputado federal, mas, se me não engano, também foi deputado estadual, teve passagem pelo rádio, tem uma passagem como procurador de um importante órgão da Federação e espero que a sua contribuição continue viva e muito viva após terminar o seu mandato aqui nesta Casa. Quero dizer também a V. Ex<sup>a</sup> que o orador que está na tribuna prima, acima de tudo, pela elegância dos seus sentimentos. Essa a elegância mais importante que há, talvez seja a verdadeira elegância grega essa de que dispõe V. Ex<sup>a</sup> nos últimos momentos que vivemos dos nossos mandatos. Parabéns.

**O SR. AUREO MELLO** – Muito obrigado nobre Senador Cid Saboia de Carvalho. Ontem já tive oportunidade de dizer e o digo especialmente aos três – para nós, jovens companheiros – novos Senadores que estão integrando agora esta Casa Legislativa, que, sem desmerecer os demais, Cid Saboia de Carvalho foi o Senador paradigmático neste plenário. A sua ausência no Senado Federal será sentida de maneira bem nítida, embora – verdade seja dita – quase não nos apercebemos disso devido às renovações que surgem, porque os que vêm para esta Casa são pessoas também de muitas qualidades e de muito valor. Mas não é fácil trazer para este Plenário um outro Rui Barbosa, como também não será fácil trazer um outro Cid Saboia de Carvalho. O povo do Ceará errou ao deixar de reconduzir ao Senado Federal a figura de Cid Saboia de Carvalho. Essa é a verdade.

Do Pará, virá o nosso Jader Barbalho, que já foi Deputado e que é uma figura nova. Do Piauí, mais uma vez, virá o nosso Hugo Napoleão, que, sem dúvida alguma, é um dos pontos altos do Senado Federal. De outros Estados, outros nomes virão pontificar e clarear, mais uma vez, esta imensa sala de aula de eruditos, que é como vejo o Plenário destes 81 Representantes, cada um deles um verdadeiro mestre e, ao mesmo tempo, um simpático aluno.

Agora, que se advira aqueles que ainda aprenderão a "atravessar o sinal" nesta Casa: Não venham com aquele espírito demolidor de desestruturar o Senado Federal! Esta Casa é um

organismo tão crescido e inamovível quanto o será uma esfinge do Egito ou uma pirâmide daquele longínquo país do passado.

Já ouvi dizer que é intenção dos novos senadores acabar com a sala do café, pois que seria algo que estimularia o ócio dos senhores Senadores. Por favor, essa é uma crítica das mais injustas, das mais inadequadas, das mais deficientes que já fizeram contra este Senado.

Temos passado noites seguidas, tardes inteiras, inúmeras manhãs, cansados, esgotados, extenuados pelo trabalho gigantesco que temos desenvolvido, quer no plenário, quer nas comissões e, para arejar o espírito, às vezes, nos reunimos para palestrar, para trocar idéias e para fazer aquilo que se chama "higiene mental".

Tudo tem uma razão de ser neste Senado, tudo se justifica dentro das normas do bom senso que foram sendo sedimentadas no fluir dos anos pelos que foram, antes de nós, muito mais sábios, muito mais competentes, muito mais eruditos.

Que não se venha com a intenção de fazer deste Senado palco de debates aguerridos, de palavras queimantes dirigidas de parte a parte. Essa não é função do Senado Federal. Poderá ser da Câmara dos Deputados, porque ali não há um limite para início de carreira como existe entre nós, onde se determina 35 anos de idade para se colocar os pés nesta Casa, neste verdadeiro colégio dos anciães, que aqui está para ponderar e para ser uma casa corretora das leis que venham imperfeitas ou motivadas pelas paixões da juventude da nossa Câmara aberta.

Esta é a Câmara fechada; esta é a câmara do conciliáculo, do bom-senso, onde os velhos pajés aqui estão ao clarão dos cincantás, que são aquelas resinas perfumadas, que, no meio da selva amazônica, clareiam os conciliábulos dos grandes chefes, para que possam ponderar, analisar, cortar, escoimar, definir e mostrar que, afinal, a verdade tem de ser associada intimamente com a ponderação, com o bom-senso dos mais velhos, daqueles que, pela experiência, são capazes de produzir esculturas muito mais perfeitas, estatuetas muito mais cristalinas do que aquelas feitas a golpes de facão. Embora tenham a selvagem beleza das coisas criadas pela arte e pelo espírito criador, não serão, sem dúvida, tão perfeitas diante das necessidades, da realidade do ser humano, do confronto daqueles que vão lidar com elas.

Então, por favor, que não se venha para o Senado com o espírito belicoso, que caracteriza as agremiações estudantis, onde jovens vão ali terçar armas, para aperfeiçoar a sua capacidade verbal e o fluxo das suas idéias. Esta é a Casa das idéias sedimentadas, daquelas que já estão cristalizadas no bom senso, na experiência e naquilo que se chamaria a verdadeira ciência, o verdadeiro conhecimento. Não se venha tentar modificar o Senado Federal. Talvez se possa, como sempre fiz desde o dia em que tomei posse nesta Casa, substituindo a figura imarcuscível de Fábio Lucena, permitir discorrer, como leve e agradável brisa, sobre determinados assuntos que aqui possam ser ventilados. Entretanto, jamais se poderá dar ao Senado a característica de uma casa diferente da Casa da austeridade. Esta é a Câmara Revisora encarregada de mostrar onde estão os erros e colocar no devido encaixe os acertos que devem ser produzidos por todos nós.

Virão Parlamentares de outros Estados, e aqui estamos para acompanhar a atividade de Fernando Henrique na Presidência da República. Aqui estamos para observarmos o que a Câmara dos Deputados irá fazer e nos mandar. Devemos ter a certeza de que, como disse Cid Saboia de Carvalho, esta instituição não pode ser transformada, do dia para a noite, em coisa diferente daquilo que ela é, porque os homens passam, as figuras desaparecem. Ficam ressoando neste plenário apenas o eco de suas palavras e a agudeza dos seus pensamentos. A instituição permanece, porque o Senado Federal é algo grande e eloquente, majestoso, imponente,

semelhante a uma árvore de pedra, que jamais poderá ser destruída, erguida no meio da savana, como se fosse um juazeiro ou um grande baobá, a qual não pode ser comparada com a folhagem rasteira dos arbustos ou das vegetações flexíveis, que não suportam a força dos ventos nem o ímpeto das correntes pluviais que possam arrancar na direção das suas bases, dos seus plintos e dos seus fundamentos.

Deixo aqui essas breves palavras. Todos os dias estamos digressando sobre essas eleições que ainda estão marulhando em nossa memória, em nosso coração e em nosso espírito. Vamos sempre conversar a respeito dos fatos que aconteceram ou que estão acontecendo. Tenho certeza de que quem lucrará com tudo isso será o Brasil, este país que cada dia se afirma, mais e mais, como nação soberana, como nação respeitável, como nação que causa inveja e admiração aos outros povos do mundo, singular nação de paz e de amor, de amizade e de inteligência, que é um exemplo até para os continentes. Raciocinem comigo: o continente europeu é formado por países muito adiantados, e o são realmente. Entretanto são países pequeninos, um próximo do outro. Mal se cruza a fronteira de um país, já muda a linguagem, as características são totalmente diferentes e já se vê uma nação agredir sua vizinha. Eles são tão pequenos, tão reduzidos no seu território! Enquanto isso, o Brasil, apesar de toda a variedade racial que possui, desde os contrafortes do alto rio Negro até as extremidades de Ponta Porã ou das fronteiras do Rio Grande do Sul, mantém a sua unidade idiomática como um galardão de civilização e de capacidade, mantém o amor fraterno que cada Estado devota ao outro e, sobretudo, o orgulho de ser brasileiro, que é, por assim dizer, a mesma nota que todos os ouvidos escutam ao mesmo tempo, um diapasão tocado para que os povos do mundo inteiro, que fazem parte dessa grande coletividade, marchem serenamente, no mesmo compasso de patriotismo e de amor a este solo tão diversificado – gelado numa ponta, tórrido em outra, arenoso em uma terceira –, mas que é o amálgama do amor, porque o Brasil é, sobretudo, uma terra fraterna e um país de coração gigante que se identifica e se torna homogêneo de ponta a ponta na certeza de que o seu futuro está definido diante da luminosidade do seu espírito, que é aquilo a ele vinculado.

Sr. Presidente, vou concluir estas palavras, que, como disse, constituem meras digressões, pois vejo a luz vermelha do avião direcional desta Casa anunciando que é hora de pousar. Como agora sou um voador constante, porque já fiz quatro viagens de avião a Manaus, agradeço a V. Ex<sup>e</sup> e lhe apresento minhas saudações.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR  
AUREO MELLO NA SESSÃO DO SENADO DE  
26.10.94, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO  
COM INCORREÇÕES:**

**O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pela ordem.)** – Sr. Presidente, há diversos dias, era minha intenção praticar aqui um ato de justiça em relação a um conterrâneo meu que tem sido um exemplo de capacidade administrativa e intelectual na chefia do Governo do meu Estado. Refiro-me ao Professor Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que, recentemente, foi à cidade alemã de Düsseldorf – se não estou enganado –, onde diversos sábios e entendedores de assuntos referentes ao globo terráqueo prestaram seus depoimentos e formularam conferências e palestras para serem acolhidas pelo mundo inteiro, para apresentar um livro de sua autoria.

Todo o Brasil sabe que o Professor Gilberto Mestrinho, um humilde caboclo lá das faldas de Lábrea, no Rio Purus; no Amazonas, tem sido um administrador capaz nesse Estado e, sobretudo, tem se revelado um profundo conhecedor dos assuntos da gleba

verde, daqueles que são, às vezes, tratados levianamente por pessoas que nunca puseram os pés na Amazônia e não sabem, afinal, o que significa essa faixa de terra, esse pedaço do chão brasileiro, que, decerto, é a fatia mais rica de toda esta Nação, de todo este País.

O Professor Gilberto Mestrinho tem sido um verdadeiro amigo identificado com as classes humildes do Amazonas e, ao mesmo tempo, sem os exageros do radicalismo, um cidadão solidário com todas as iniciativas da classe empresarial dessa região.

No momento em que se elege um novo governador na pessoa do Sr. Amazonino Mendes, é hora de se fazer também justiça a Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que é Presidente do PMDB nas plagas amazonenses, e que tanto tem sido útil a todos os brasileiros para o esclarecimento dos assuntos concernentes ao meu grandioso Estado. É ele quem opina e quem diz, com a autoridade do cargo que exerce, a respeito do que chamam de depredação da Floresta Amazônica. É ele que sabe discernir entre aqueles que estão realizando a arrancada predatória contra essas áreas e aqueles que realmente exercitam uma cultura racional com relação aos produtos e à flora e fauna da região. É o defensor do aborigene que habita no chão da Amazônia e que continua sendo um fator de acréscimo e de progresso para essa área. É, ao mesmo tempo, um conhecedor profundo da fauna amazonense, que é tão caluniada e, ao mesmo tempo, injustamente defendida por aqueles que se dizem ecologistas, mas que, a rigor, conhecem apenas asfalto, paralelepípedos e paredes forradas a cimento. Conhecer a selva, respirar o ar puro que vem da mata, entender dos rios multicoloridos, povoados de pescados de todo tipo, é uma tarefa que somente pode ser atribuída àqueles que cursaram a universidade da vida – e a universidade da vida nesse local –, apreciando, estudando, participando, corrigindo e ajudando essa terra a se afirmar como uma parcela maior da grande fração verdejante do nosso descomunal País.

Por isso, Sr. Presidente, nesta oportunidade, deixo aqui o meu preito de admiração a Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que começa a se destacar no âmbito internacional pela sua cultura, pela sua capacidade, pela sua mobilidade intrêmula e intimorata em relação aos assuntos da nossa terra.

Manifesto a minha admiração pela maneira como tem conduzido a fração, que ali existe, do meu antigo Partido, o chamado PMDB, por ele presidido, que tem sabido apontar os seus candidatos com muita ciência, lucidez e inteligência.

Presto aqui, portanto, nestas breves palavras, a minha homenagem ao Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que, em outra ocasião, não as recebeu porque talvez estivéssemos ainda no fogo da batalha, no entrevero do combate, mas que, neste momento em que se ensaiham as armas e termina a luta eleitoral, merece o destaque que é dado àqueles que se tornaram credores da admiração e do muito apreço dos patrícios dessa região e de fora dela, é dado e necessário que assim se profira.

Encerro as palavras que me foram permitidas pela nobre Presidência e formulo votos de que Mestrinho continue na sua brilhante trajetória, inclusive de escritor e sociólogo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR  
AUREO MELLO NA SESSÃO DO SENADO DE  
08.11.94, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO  
COM INCORREÇÕES:**

**O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso.)** – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocorreu em Manaus o falecimento de Naziazeno França, um cidadão "paradigmático" nas áreas do meu Estado e, consequentemente, do Brasil.

Naziazeno, pai do ex-Vereador Paulo França, jornalista militante e um dos funcionários mais assíduos do jornal **A Crítica**, era o que se poderia chamar de um homem santificado, porque puro, porque dedicado à sua família, porque extravasando amor e ternura em relação a todas as pessoas, amigo dedicado a seus amigos e que não agasalhava o fel no coração.

Naziazeno França era desse tipo de pessoa que nos faz chorar, estejamos a que distância estivermos e longe dele ao tempo em que também estivermos, porque era a alma cándida, aquele espírito realmente transparente, que nos causava inveja pela sua pureza, que honrava o gênero humano. Era uma pessoa especial e a sua fala era sempre um conselho. Era um puro, e não sei como não seria capaz de obrar milagres, como milagres fez o próprio Cristo na sua trajetória santificada, na epiderme deste planeta.

Por isso, Sr. Presidente, inscrevi-me, comovidamente, para fazer-lhe o necrológio, que é uma forma de ser lembrado na mais Alta Representação do País, que é o Senado da República, e, portanto, prestar-lhe esta honraria, que não pode ser prestada a todo mundo, ou sequer a todos os que tombam.

Naziazeno França é um nome para ser esculpido na memória de todos os amazonenses, servindo de exemplo pelo seu caráter adamantino, pela sua personalidade singular, especial, sem jaça.

A morte veio no seu galope trágico, com a sua cruel ceifa-deira e arrancou do nosso convívio essa pessoa extraordinária e

bondosa, grandiosa na sua simplicidade, ainda jovem, embora numerosa e ilustre a família de que era líder.

Aqui, profundamente pesaroso, amargurado, somente nove dias depois do acontecido, venho eu transmitir aos meus pares e a toda a Casa essa ocorrência. Lá, entre as estrelas mais alvas, entre as mais cintilantes, entre as que pulsam na imensidão azulada das noites do Brasil, estará piscando, mandando recados luminosos para as pessoas, Naziazeno França, antigo funcionário municipal, humilde fiscal da Prefeitura, mas que semeou, em Manaus, uma messe de filhos ilustres: uma delas, professora da Universidade de Brasília; um outro, médico e cientista competentíssimo e populíssimo na cidade de Manaus e em todo o Estado; e o bravo intromorato jornalista Paulo França, de quem fui assessor na Câmara dos Vereadores, com seu jeito de índio, com a sua nítida ascendência também da família Segadilha, que é uma família de valentes e de estudiosos na terra baré. Lá estão eles – todos esses e mais os outros que não conheço – evidenciando a ternura com que, como plantas, foram cultivados, preparados e erguidos para o cumprimento do dever na sua grande missão de seres humanos.

Por isso, Sr. Presidente, nestas breves palavras, na Casa mais augusta de toda a República, este modesto caboclo amazonense e traduz, e diz, e fala sobre Naziazeno França, em Naziazeno França, de Naziazeno França, uma grande figura amazonense que, infelizmente, partiu para a eternidade, deixando viúva e filhos admiráveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

<b>MESA</b>	<b>LIDERANÇA DO PMDB</b>	<b>Vice-Líder</b>
<b>Presidente</b>	<b>Líder</b>	Valmir Campelo
Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Mauro Benevides	
<b>1º Vice-Presidente</b>	<b>Vice-Líderes</b>	
Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor	
<b>2º Vice-Presidente</b>		<b>LIDERANÇA DO PDT</b>
Levy Dias _ PTB _ MS		Líder
<b>1º Secretário</b>		Magno Bacelar
Júlio Campos _ PFL _ MT		
<b>2º Secretário</b>	<b>LIDERANÇA DO PSDB</b>	<b>LIDERANÇA DO PRN</b>
Nabor Júnior _ PMDB _ AC	<b>Líder</b>	
<b>3º Secretário</b>	Mário Covas	
Júnia Marise _ PRN _ MG	<b>Vice-Líder</b>	
<b>4º Secretário</b>	Jutahy Magalhães	
Nelson Wedekin _ PDT _ SC	<b>LIDERANÇA DO PFL</b>	<b>LIDERANÇA DO PP</b>
<b>Suplentes de Secretário</b>	<b>Líder</b>	
Lavoisier Maia _ PDT _ RN	Marco Maciel	
Lucídio Portella _ PDS _ PI	<b>Vice-Líder</b>	
Beni Veras _ PSDB _ CE	Odacir Soares	
Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	<b>LIDERANÇA DO PSB</b>	
<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	<b>Líder</b>	
<b>Líder</b>	José Paulo Bisol	
Pedro Simon	<b>LIDERANÇA DO PTB</b>	<b>LIDERANÇA DO PT</b>
	<b>Líder</b>	Líder
	Jonas Pinheiro	Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA  
E CIDADANIA - CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva

Vice-Presidente: Magno Bacelar

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Amir Lando	RO-3111/12	César Dias	RR-3064/65
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59	Mansueto de Lavor	PE-3183/84
José Fogaca	RS-3077/78	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Iram Saraiva	GO-3134/35	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Marcio Lacerda	MT-3029/30
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Pedro Simon	RS-3230/31	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Wilson Martins	MS-3114/15	Alfredo Campos	MG-3237/38

**PFL**

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Marco Maciel	PE-3197/98
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Henrique Almeida	SP-3191/92
Odacir Soares	RO-3218/19	Lourival Baptista	SE-3027/28
Elcio Alvares	ES-3131/32	João Rocha	TO-4071/72

**PSDB**

Eva Blay	SP-3119/20	Almir Gabriel	PA-3145/46
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio Vilela Filho	AL-4093/94
Mário Covas	SP-3177/78	Vago	

**PTB**

Luiz Alberto	PR-4059/60	Affonso Camargo	PR-3062/63
Carlos De'Carli	AM-3079/80	Louremberg N. Rocha	MT-3035/36

**PDT**

Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

**PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Carnata	ES-3203/04
--------------------	------------	----------------	------------

**PDS**

Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24
-----------------	------------	-------------------	------------

**PP**

Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68
----------------	------------	-------------	------------

**Secretária:** Vera Lúcia Lacerda Nunes \_ Ramais 3972 e 3987

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 10 horas

**Local:** Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões \_ Ramal 4315

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Beni Veras

Vice-Presidente: Lourival Baptista

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Amir Lando	RO-3111/12	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Antônio Mariz	PB-4345/46	João Calmon	ES-3154/55
César Dias	RR-3064/65	Onofre Quinan	GO-3148/49
Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/60	Pedro Simon	RS-3230/32
Divaldo Surugay	AL-3180/85	José Fogaca	RS-3077/78
Juvêncio Dias	MA-3050/4393	Roman Tito	MG-3038/39
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	Iram Saraiva	GO-3133/34

Márcio Lacerda  
Vago

MT-3029

Vago  
Vago

**PFL**

Lourival Baptista	SE-3027/28	Dario Pereira	RN-3098/99
João Rocha	TO-4071/72	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Odacir Soares	RO-3218/19	Bello Parga	MA-3069/70
Marco Maciel	PE-3197/99	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Elcio Alvares	ES-3131/32
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Guilherme Palmeira	AL-3245/46

**PSDB**

Almir Gabriel	PA-3145/46	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Beni Veras	CE-3242/43	Eva Blay	SP-3117/18
Jutahy Magalhães	BA-3171/72	Teotônio V. Filho	AL-4093/94

**PTB**

Marluce Pinto	RR-4062/63	Valmir Campelo	DF-3188/89
Affonso Camargo	PR-3062/63	Luiz Alberto Oliveira	PR-4059/60
Jonas Pinheiro	AP-3206/07	Carlos De'Carli	AM-3079/81

**PDT**

Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
----------------	------------	----------------	------------

**PRN**

Saldanha Derzi	MS-4215/16	Ney Maranhão	PE-3101/02
Áureo Mello	AM-3091/92	Albano Franco	SE-4055/56

**PDC**

Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
--------------------	------------	--------------	------------

**PDS**

Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
------------------	------------	-------------------	------------

**PSB / PT**

Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
-----------------	------------	------------------	------------

**PP**

Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
----------------	------------	-------------	------------

**Secretário:** Luiz Cláudio/Vera Lúcia

**Telefones:** Secretaria: 3515/16/4354/3341

**Sala de reuniões:** 3652

**Reuniões:** Quartas-feiras, às 14 horas.

**Sala nº 09 \_ Ala Alexandre Costa**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

**Titulares**

**Suplentes**

**PMDB**

Ronan Tito	MG-3038/39/40	Mauro Benevides	CE-3194/95
Garibaldi A. Filho	RN-4382/92	José Fogaca	RS-3077/78
Ruy Bacelar	BA-3161/62	Flaviano Melo	AC-3493/94
Ronaldo Aragão	RR-4052/53	Cid S. de Carvalho	CE-3058/59
César Dias	RO-3064/65/66	Juvêncio Dias	PA-3050/4393
Mansueto de Lavor	PE-3182/83/84	Pedro Simon	RS-3230/32
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Divaldo Surugay	AL-3185/86
Gilberto Miranda	AM-3104/05	João Calmon	ES-3154/56
Onofre Quinan	GO-3148/50	Wilson Martins	MS-3114/15

**PFL**

Carlos Patrocínio	TO-4058/68	Odacir Soares	RO-3218/19
Raimundo Lira	PB-320/02	Bello Parga	MA-3069/70
Henrique Almeida	AP-3191/92/93	Álvaro Pacheco	PI-3085/87
Dario Pereira	RN-3098/99	Elcio Alvares	ES-3131/32
João Rocha	MA-4071/72	Josaphat Marinho	BA-3173/75

PSDB				PDC				
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3171/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74	
				Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128	
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RR-4062/63			PDS		
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56	
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Mello	MS-4215/18 AM-3091/92	<b>Secretário:</b> Paulo Roberto Almeida Campos <b>Ramais:</b> 3496 e 3497 <b>Reuniões:</b> Quintas-feiras, às 10 horas <b>Local:</b> Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546				
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	<b>COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI</b> (23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho				
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	<b>Titulares</b> <b>Suplentes</b> <b>PMDB</b>				
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30	Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvêncio Dias Antonio Mariz Wilson Martins Vago	RO-3110/11 BA-3161/62 RR-4052/53 MG-3039/40 PA-3050/53 PB-4345/46 MS-4345/46	
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	Dario Pereira Henrique Almeida Elcio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas	RN/3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83	Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago	PB-3201/02 TO-4071/72 TO-4068/69 AL-3245/46	
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344	<b>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE</b> (19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				<b>PMDB</b> <b>PFL</b> <b>PSDB</b>			
Titulares	<b>Suplentes</b>			Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa	SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64	Beni Veras Jutahy Magalhães Vago	CE-3242/43 BA-3171/72	
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63	
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rolemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75	
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56	
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37	
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07	
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22	
<b>PDT</b> <b>PRN</b> <b>PP</b>				<b>Secretário:</b> Celso Parente – Ramais 3515 e 3516 <b>Reuniões:</b> Terças-feiras, às 14 horas <b>Local:</b> Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286				

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 AM-3079/80
Titulares		Suplentes		PDT			
<b>PMDB</b>							
João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59	Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46	Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49	PDC			
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30	Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Juvêncio Dias	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53	PDS			
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61	PP			
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38	Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Iram Saraiva	GO-3134/35	Nelson Carneiro	RJ-3209/10	PT/PSB			
<b>PFL</b>							
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99	Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Marco Maciel	PE-3197/98	Odacir Soares	RO-3218/19				
Álvaro Pacheco	PI-3085/86	Francisco Rollemberg	SE-3032/33				
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68				
Bello Parga	MA-3069/72	Henrique Almeida	AP-3191/92				
<b>PSDB</b>							
Almir Gabriel	PA-3145/46	Beni Veras	CE-3242/43	Secretaria: Mônica Aguiar Inocente			
Eva Blay	SP-3119/20	Mário Covas	SP-3177/78	Ramais: 3496/3497			
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64	Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas			
				Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121			

---

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

(inclusas as despesas de correio via terrestre)

### **SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)**

Semestral ..... R\$ 23,53

### **SEÇÃO II (Senado Federal)**

Semestral ..... R\$ 23,53

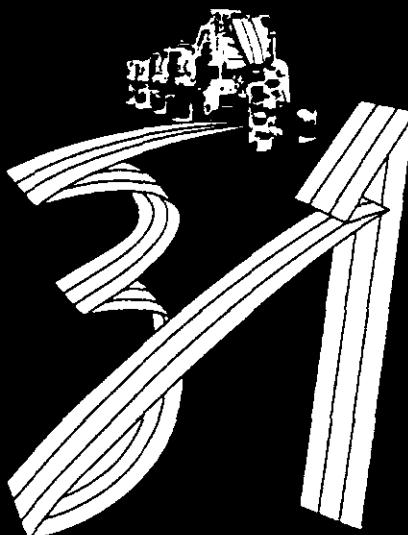
**Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do**

## **CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900**

**Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.**

CENTRO GRÁFICO  
DO SENADO FEDERAL



A N O S  
1963 1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA  
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS